



ATA N.º 32/XIII-2º/2021-25

1 - Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, pelas 20H30, no Auditório da Escola Secundária do Monte de Caparica, sito na rua 25 de Abril, na Freguesia de Caparica em Almada, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 - Período de Antes da Ordem do Dia;

3 - Período da Ordem do Dia:

3.1 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal;

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência da Wemob relativos ao exercício de 2022”;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência dos SMAS relativos ao exercício de 2022”;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Demonstrações Financeira e Orçamentais – ano de 2022”;

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato-Programa Wemob, S.A. 2023”;

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “1ª Alteração Modificativa do Orçamento de 2023 e Anos Seguintes (SMAS)”;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Transferência de competências área da saúde – Proposta de assinatura de Auto de transferência”;

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Concurso Público de concessão de exploração de Posto de Abastecimento de Combustíveis, sito na Avenida 23 de Julho, Laranjeiro”;

3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento do Abastecimento de Água e do Saneamento de Águas Residuais Domésticas e Industriais”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelo 1º Secretário Paulo Viegas e a 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Geraldês (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE) João Pedro Guterres Peixoto Pereira (CHEGA); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 42º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS), Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS), Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), Luis Daniel Valverde Jacinto (CDU), Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU), António Francisco Salgueiro (PSD), Paula Maria Galvão (PSD), Inês Pezarat Bom (BE); Karim Hassam Quintino (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Manuel Branca Lêdo (PS), Luisa Maria Galvão (PS), Catarina Isabel Paulino (PS); António Paulo Júnior (CDU), António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU) e Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU Ricardo Antunes Rodrigues Martins Carneiro (CDU) por impedimento de António José Olaio da Silva (CDU) e Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho (CDU), Gonçalo Filipe Dias de Correia Fernandes (PSD) por impedimento de Luis Pedro Amado Pinto Durão (PSD), Sónia Raquel Mota Faria (PSD) e Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD), João Carlos da Silva Jorge Antunes (PSD) por impedimento de Irina Cristina da Costa Tricamegy (CDS-PP) e Gilberto Alexandre Ferreira Peixoto (Aliança); Pedro Miguel Celestino Pereira (BE) e Fátima Maria Silva Nogueira Marras (BE).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Paulo Ricardo Figueiredo; a Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito João Pedro Eixa dos Santos.

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registaram faltas.

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência da Senhora Presidente da Câmara Municipal, do Senhor Vereador José Luís Bucho.

4.3 –Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:

4.3.1 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU) sobre “Devolução IRS”, enviado para a Câmara Municipal em 13/01/2023, ainda não foi respondido;

4.3.2 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) sobre “Esclarecimentos sobre o Edital nº 70/2022 – Divisão de Fiscalização, Contraordenações e Execuções Fiscais”, enviado para a Câmara Municipal em 30/09/2022, ainda não foi respondido;

4.3.3 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre “Conselho Municipal de Segurança de Almada”, enviado para a Câmara Municipal em 08/03/2023, foi respondido em 28/03/2023;

4.4 – Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/as Senhores/as Deputados/as Municipais.

4.5 – Foram distribuídas atempadamente as Atas nº 28/XIII-2º/2021-25, 29/XIII-2º/2021-25 e 30/XIII-2º/2021-25, e colocadas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, e ratificadas as respetivas Minutas, nos termos do nº 2 e 3, do artigo 34º, do Código do Procedimento Administrativo.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Inês Zagalo, Débora Pinheiro, Roberto Carvalho, Fernando Gheiner, João Rocha e Marta Cruz Jales.

5.1.1 – A Senhora Múncipe Inês Zagalo:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Hoje estou aqui em representação dos Encarregados de Educação da Escola Cremilde Castro e Norvinda Silva, para expor um pedido de esclarecimentos em relação a uma questão preocupante que afeta esta Escola.



Para contextualizar, esta escola sempre teve turmas mistas devido às 5 valências que funcionavam em penas 4 salas. No entanto, para o ano letivo 2023/2024, o 4º Ano, teria que funcionar com o 1º Ano, o que foi considerado antipedagógico e soubemos há cerca de 2 meses, que a escola não iria ter o 1º Ano no próximo ano letivo. Encarregados de Educação e os demais envolvidos, tentaram encontrar soluções para que a transferência dos 18 alunos que iriam transitar para o 1º Ano para outra escola do agrupamento, não fosse uma realidade.

Acreditamos que é bastante viável manter as 5 valências nesta escola, sem recorrer ao gasto de verbas, podendo por exemplo, o 4º Ano passar para uma sala que se encontra vaga e que está destinada à Associação de Pais. Estes alunos são somente 13, o que pensamos ser suficiente para essa ocupação.

Mas a solução proposta foi retirar o pré-escolar para que o 1º Ano pudesse ter a sua própria sala. No entanto, essa decisão ainda não está oficializada e nós Encarregados de Educação temos algumas perguntas importantes a fazer.

Em 1º lugar, se é uma decisão oficial, porque ainda não a obtivemos? Em 2º lugar, para onde estão a pensar transferir as crianças que se vão manter no pré-escolar? Em 3º lugar, se o pré-escolar continua válido no Portal das Matriculas, o que é que devemos fazer?

Eu, por exemplo, tenho 2 filhos nesta escola, um passa para o 1º Ano e outro que se vai manter no pré-escolar, o que é suposto eu fazer? Separa-los não é uma solução, matriculei-os nesta escola a pensar nos próximos anos em que os meus filhos iam frequentar o mesmo ambiente escolar que depois de 2 anos de pandemia e como sabemos foi bastante traumático para esta geração.

É importante que se encontra a melhor solução para que o pré-escolar se mantenha, pois, só assim esta escola terá condições para oferecer um ensino de qualidade a todos os alunos que a frequentam.

Convidamos a Câmara Municipal de Almada a repensar na possibilidade de adaptar a 5ª sala nesta escola para que as crianças possam ter um ambiente escolar adequado, onde já criaram laços com outras crianças, educadoras e auxiliares.

Agradecemos a oportunidade de sermos ouvidos e esperamos que a Câmara Municipal de Almada encontre uma solução adequada para esta questão.”

5.1.2 – A Senhora Múncipe Débora Pinheiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu estive aqui na passada Assembleia e vim pedir a 5ª sala e manifestar o contra a saída do 1º Ano que era o que estava a ser ponderado na altura.

Eu sou mãe e sou moradora na Quinta da Corvina, onde nasci, eu pertença à comunidade.

Em 4 dias, juntamos aproximadamente 500 assinaturas de pessoas que nos apoiaram nesta tentativa de viabilização da 5ª sala.

A minha filha não vai transitar este ano e lutei pela permanência do 1º Ano, porque é o que serve melhor a população. Agora, tenho essa filha que está na pré e pode não continuar na mesma escola, e tenho outra filha mais nova, que talvez nem tenha essa oportunidade.

No dia 11 de abril, numa reunião com a Câmara Municipal, que contou com a presença de 3 pais, foi avançado que a posição da Câmara Municipal de Almada seria da retirada da pré-escolar, mas que precisava de avisar o Diretor do Agrupamento e depois informar a DGEsTE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, sendo que temos uma proposta e não uma decisão oficial.

Pergunto se não fazia mais sentido pensar numa estratégia comum e incluir todos intervenientes, como Câmara Municipal, Diretor do Agrupamento e até eventualmente, os pais que estão a tentar ativamente encontrar uma solução.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

No dia 14 deste mês, enviamos um email ao Diretor, que nos informou que não lhe cabia a ele a decisão e que aguardava indicações da DGEsTE.

No dia 15 abriram as matrículas e as 2 valências estão no Portal de Matrículas. Portanto, nós continuamos a ter no Portal o 1º e o pré-escolar.

Em que moldes é que vai ser o próximo letivo, vai haver transição de alunos ou não vai, como é que vai ser essa transição, em que turma ficarão, manter-se-á o grupo, manter-se-ão as auxiliares ou a educadora, em que sala ficarão, se será numa sala normal ou numa sala adaptada como tinha sido sugerido da 1ª vez e como é que é feita a garantia das vagas destes alunos no 1º Ano do Ciclo, dos que agora frequentam o pré-escolar nesta escola?

No dia 17 enviamos um email à DGEsTE, hoje é dia 26 e continuamos sem respostas. A Câmara Municipal justifica a saída da pré-escolar com a criação de um cento educativo na Trafaria, que irá concentrar todas as pré da Freguesia da mesma escola. E isto é efetivamente uma mudança de estratégia e aí não só a Corvina vai perder a pré, mas todas as escolas, pois é uma estratégia global. Mas, terá efeitos a partir de quando? Talvez estejamos a falar de mais um ciclo de rotatividade de turmas mistas aqui nesta escola. E para quando? Não há informação disponível deste projeto. Se fosse um plano já bem definido, acreditamos que já houvesse alguma informação disponível para os munícipes. A verdade é que, estão previstas obras na Escola Nº 1, e essa informação já está disponibilizada, mas quanto a esta opção não encontramos nenhuma.

Outra questão, que sentido tem também questionamos, que sentido tem as escolas primárias deixarem de ter pré, se o objetivo da pré é também a adaptação ao meio escolar, e à escola que vão frequentar durante o 1º Ciclo.

Não temos ainda uma resposta e a proposta que temos não nos satisfaz ou pelo menos não satisfaz a população que quer que todas as valências continuem a existir nesta escola.

Portanto, sugerimos que mantenham o modelo atual, até o centro educativo ser uma realidade.

No ano passado transitaram 3 meninos da nossa pré o que quer dizer que temos agora muitos alunos de outras áreas e quem sabe até de fora do Agrupamento, e com isto temos agora crianças da zona de referência a ficarem de fora. A diferença é que agora não são as 1º Ano e passam a ser os meninos da pré.

Portanto, foi um erro de gestão de vagas que nos trouxe essa situação, porque há 40 nos que esta escola funciona com uma turma mista e em 2009, após as obras de ampliação, ganhamos a pré. Não queremos um retrocesso, mais do que a permanência destes meninos do 1º Ano, estes 18 do 1º Ano ou este 7 da pré, queremos poder continuar a contar com uma escola que sirva a comunidade como tem sido feito desde 2019, com todas as valências por estes meninos e pelos que estão por vir, pelas famílias, pelos postos de trabalho que se vão extinguir, pelo impacto que tem na vida da comunidade. A escola recebe muitos meninos de fora do agrupamento e até de fora do Concelho, não queremos ficar sem uma valência em que as famílias daqui tenham de procurar escola longe da residência como infelizmente, muitas destas famílias, destes alunos têm que o fazer por falta de oferta geral no Concelho. A turma mista irá continuar a servir a população local e não só.

O que a população ganhou e faz a diferença é ter uma pré que recebe meninos aqui na nossa área e que integra na escola onde vão frequentar o 1º Ciclo. O que ninguém está a considerar é o que está estudado há anos. Que estes assuntos perturbam as comunidades. Não só em termos de saúde mental, mas em termos que implicam com a produtividade.

Isto impacta com muitas famílias, não só com as famílias que estamos a ver aqui destes 18 meninos ou destes 7, isto faz falta à comunidade, esta escola sempre funcionou assim e nós pedimos que pelo menos o considerem para manter isto por mais um Ciclo até que a nova realidade seja verdade.”



5.1.3 – O Senhor Município Fernando Gheiner:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estou junto dos pais da Escola da Corvina. A gente veio na última Sessão, acho que a Senhora Inês e a Senhora Débora colocaram muito bem toda a situação e vou tentar resumir aos Senhores Deputados Municipais alguns pontos que me parecem mais relevantes.

O 1º ponto, é que os pais o tempo todo solicitaram uma 5ª sala justamente para que nenhum menino fosse expulso da escola. Podem dizer que o termo não é expulso, é transferido, mas explicar para um miúdo de 4 ou 5 anos a diferença entre serem transferidos e serem expulsos de uma escola a que estão habituados é uma questão linguística que só a nós adultos é que consegue ser percebido. Mas o nosso ponto era sempre foi a construção da 5ª sala.

Na nossa opinião existem 4 espaços que seriam adequados para se fazer isso com obras de pequena escala e a Junta de Freguesia da Trafaria, se dispôs a ajudar, esses espaços são no 1º andar como foi referido, a sala para a Associação de Pais, que não tem uma Associação de Pais, é uma sala vazia, do lado tem uma sala de professores que poderia se juntar. Ainda no 1º andar existe uma biblioteca que fica na entrada e que poderia ser utilizada para a Associação de Pais liberando o espaço para se fazer a 5ª sala. Ainda tem no andar do baixo um hall enorme que os próprios técnicos avaliaram que havia espaço para fazer a sala, só sendo necessário paredes, teto e porta, não sei que obra pode ser mais simples do que isso, ou a obra menos desejada que seria tirar um pedaço do ginásio e transforma-lo numa sala.

Todas essas soluções se complementam com as soluções de ter um contentor uma solução temporária para que nenhuma criança tenha que sair enquanto se constrói uma sala de raiz, que é o que nos parece mais razoável. Afinal é uma escola muito nova que tem perto de 60 alunos e que poderia com mais uma sala já que a escola tem tanto espaço, subir para 80 alunos, ampliando a eficiência do gasto público por aluno nessa escola. Então esse tem sido o nosso pedido desde o início, agradecemos a Vereadora Maria Teodolinda e sua equipa que fizeram uma visita e propuseram a solução de manter o 1º Ano na escola que era a nossa primeira preocupação, que uma escola de 1º Ciclo tivesse todos do 1º ao 4º Ano, não faria sentido não ter o 1º Ano numa escola do 1º Ciclo, mas para nós essa solução, e ouvi nessa reunião “o bom é inimigo do ótimo”, ela pode ser parcialmente boa, mas só que ela não é inimiga do ótimo ela inimiga também das crianças do pré-escolar que teriam que ser expulsas e a nossa luta é para que nenhuma criança seja expulsa.

Então sabemos as soluções de ter uma escola temporária de contentor, o Diretor também propôs o funcionamento em 2 turnos e sabemos as dificuldades de se adotarem todas as soluções propostas. Mas com tantas soluções na mesa, nos parece que tirar um grupo de crianças de uma escola na qual eles estão familiarizados, se sentem bem, se sentem em asa, conhecem os professores auxiliares, as professoras de todos os anos sabem o nome dos miúdos da pré, é uma coisa que não se vai encontrar em muitas escolas, as crianças se sentem queridas ali e uma escola tão boa passar a ter menos alunos, nos parece uma solução longe da ótima. Nós aqui como municípios estamos a procurar a solução ótima, aceitamos a solução boa, mas queremos a solução ótima, é isso que nós estamos procurando.

Agora, se a solução “boa” que é só ficar o 1º Ciclo, se realizar, tem uma questão de informação que também foi colocada, os pais do pré que têm a renovação automática, eles têm o direito de saber que não vão ter mais a pré li, para poderem matricular os filhos noutra escola, ou se nem for isso que aconteça, se for a vontade do Diretor de fechar o 1º Ano, os pais do 1º Ano também têm o direito de ter essa informação para não colocarem como opção na matrícula uma escola que não oferece o 1º Ano. Então, essa questão da informação parece-nos muito importante. E se nós olharmos um pouco para trás, essa situação estava colocada desde setembro quando as matrículas foram feitas. Se tivesse sido informado anteriormente que não iam poder transitar todas as crianças, pelo menos 2 crianças condicionais que poderiam ter subido. Se nós soubéssemos desde setembro, durante a interrupção de Natal, tínhamos tido muito mais tempo para discutir as soluções de ampliação do espaço para manter a 5ª sala e teríamos o tempo da interrupção do Natal, para fazer esse tipo de intervenção que estamos propondo desde o início.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A questão da informação parece que é uma questão secundária, mas a na verdade é uma questão muito importante, porque ela poderia ter viabilizado outras soluções do passado e para que ela coloque os pais nesse momento, e nesse momento os pais não sabem o que fazer, é por isso que há tantos pais aqui e acho que os senhores todos sabem que não há nada mais importante que a educação do filho. Portanto, se não temos a situação perfeita, o mínimo que queremos é a informação do que vai acontecer nessa escola.”

5.1.4 – O Senhor Município João Rocha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tenho constatado que, presentemente estão a decorrer obras de grande monta-vulgo nas Ruas Petrónio Amor de Barros, Jaime Cortesão e Estrada Nacional 10.1, em simultâneo, na Sobreda, cujo investimento está previsto no montante de três milhões de euros, nunca tal situação tinha acontecido desde o 25 de Abril de 1974, até a presente data, nesta Vila tao envelhecida em termos de obras, que são visíveis a céu aberto, por todos os executivos cessantes, apenas se preocuparam com as obras na sede deste Concelho, ou seja, em Almada.

Quanto ao Edifício do Zagallos, constata-se através do historial deste que, a sua construção reporta-se ao Século XVIII, sendo colocado na sua fachada frontal um brasão de armas, por exigência D. João VI, quando programou uma visita a este, a qual nunca se veio a concretizar.

Face tratar-se de um edifício histórico (considerado pelos Sobredenses, o Ex-libris da Vila da Sobreda), deveriam ser feitas neste, manutenções periódicas e adequadas para o mesmo, acontece que, no passado recente este não sofreu qualquer obras de conservação durante de mais de 2 décadas, sendo que, a última foi realizada em 1993, segundo a memória não me falha.

Ultimamente, uma força politica representada nesta Assembleia Municipal, tem feito uma propaganda politica junto da população deste Concelho, enganosa sobre o aumento da água, para valores que não são credivéis, sendo que atitudes desta natureza, servem apenas para criar crispação junto dos Municípes.

Em tempo: esta mesma força politica, já não se recordará do Imposto de águas Residuais que, criou em 2010, somente para cerca de 30 mil habitantes, residentes em Augis neste Concelho, isto significa assim, um aumento de 100% na fatura da água mensal, recebendo como contrapartida, a limpeza da fossa 2 vezes por ano, tendo o SMAS, como parceiro uma Empresa Privada, com sede em Fernão Ferro — Seixal, para execução deste trabalho. Em relação as Augis, presentemente constata-se haver urna abertura permanente por parte do atual executivo, para resolução deste flagelo das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, sediadas neste Concelho, coisa que não acontecia no passado recente, apenas existia burocracia, conjugada com a não aplicação da Legislação vigente, Lei 91/95, de 02 setembro, dando origem a que os processos de reconversão, estagnassem durante décadas, sem qualquer tipo desenvolvimento.

Mais uma vez vou elogiar a Sra. Presidente - Inês de Medeiros, Senhor, Presidente Pedro Matias, Senhores Vereadores José Pedro Ribeiro e Filipe Pacheco, todos eles têm sido incansáveis na resolução de um sem fim de problemas existentes, quer ao nível da Sobreda/Charneca de Caparica, em relação há mobilidade, quer ao nível de Concelho, nomeadamente as obras de manutenção em toda a fachada no Edifício do Solar dos Zagallos, cujo o montante destas serão à volta de dois milhões de euros, ainda no decorrer do ano em curso, acrescento também o excelente trabalho que está a ser desenvolvido na área do Desporto neste Município, pelo Vereador deste Pelouro já mencionado, para o presente e futuro neste Concelho, conforme anunciado por este, num colóquio que ocorreu no Fórum Romeu Correia, recentemente.”

5.1.5 – A Senhora Município Marta Cruz Jales:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Chamo-me Marta Jales, tenho 17 anos, e sou aluna do 12º Ano na Escola Secundária António Gedeão.

Estou aqui na qualidade de estudante e cidadã do Concelho de Almada, para relembrar uma situação que afeta todos os que estudam e trabalham na minha escola. E digo minha escola, uma vez que é lá que passo muitas horas dos meus dias, de há 6 anos a esta parte.



Não estou aqui apenas em meu nome, mas em nome de todos a que após a minha saída por lá continuarão. É por eles que gostaria que a minha intervenção de hoje fosse ouvida e o seu conteúdo tomado em consideração por todos.

A situação a que me refiro é o atual estado de degradação em que a nossa escola se encontra. Esta situação já não é nova, no dia 21 de março, assistimos a uma manifestação pacífica, organizada pelos alunos e participada por toda a comunidade escolar ao portão da escola, a alertar para as condições da mesma.

Temos conhecimento que este assunto já foi abordado nesta Assembleia Municipal, na Assembleia de Freguesia do Laranjeiro Feijó, bem como em outras instâncias locais. O que nos deixa muito felizes e gratos pelo apoio.

Tudo isto levou a alguns progressos por parte das entidades responsáveis o que nos agrada bastante.

Assim, sabendo que já estão a existir desenvolvimentos no que toca à requalificação da nossa escola, gostaria de solicitar à Senhora Presidente, caso possível, que nos informe se a concretização desse plano de requalificação já tem data definida e se é para breve.

Achamos ainda pertinente, que toda a comunidade escolar saiba o que irá acontecer à nossa escola, que espaços estão a ser pensados, se há algum modelo previsto? Neste processo de pensar a escola, sugeria o envolvimento e auscultação dos alunos, receamos que à imagem de anos anteriores, as promessas e obras não sejam cumpridas. Depois de muitos anos a testemunhar falta de condições numa escola com tão bom corpo docente, estamos esperançosos para a concretização desta mudança."

5.2 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira e o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU).

5.2.1 – A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Duas questões relativamente às duas primeiras intervenções para dizer o seguinte:

Eu já na última Assembleia Municipal, expliquei aqui a questão, os pais que aqui vieram, dois deles pelo menos, reuniram comigo. Desde o momento em que se colocou a questão, que eu disse aos pais, nessa altura não diretamente, mas através do Departamento de Educação, dizendo que, logo que tivesse os dados todos me sentaria com os pais para ver qual a melhor solução, e assim foi. E na última reunião, dei conta de que efetivamente, as soluções que vão apontando de pôr 18 meninos numa sala, que não leva a capacidade normal, todas as outras soluções, inclusivamente a das obras, os técnicos não as subscreveram. E eu expliquei que há coisas que são difíceis de resolver, não é muito fácil de resolver que uma escola que tem 4 anos de ciclo, tenha 3 salas para esse ciclo. Não é fácil. Até aqui foi porque a frequência da escola era menor e conseguia-se fazer turmas mistas. Nem sequer, só se andássemos a distribuir os meninos pelas salas todas, o que eu como professora já o disse aqui na última Sessão, não o subscrevo, até subscrevo turmas mistas, mas são de anos contíguos e em determinadas situações, até acho que nalguns casos podem ser profícuas, mas não da forma que iria ser ali. Além do mais, não cabiam todos, tinham sempre que sair alguns. E, portanto, é uma situação que não é de fácil solução. Eu disse isto aos pais e aquilo que lhes disse foi que eu vou fazer uma proposta, mas a decisão não é da Câmara Municipal. A decisão é conjunta. Eu tenho a DGEsTE que tem intervenção no território e tenho o Diretor do Agrupamento que tem intervenção no território e desde que reuni com os pais e os pais também o disseram ali, comuniquei à DGEsTE a intenção da Câmara Municipal em exatamente deixar ficar o ciclo contíguo e não reduzindo a oferta do pré-escolar na área porque isso nos custaria, mas não reduz, a oferta do pré-escolar não é ali e que isso teria que ser a DGEsTE, comunicou comigo, aliás, respondeu isto aos pais porque também me pôs em conhecimento, dizendo que só precisava para a proposta que tinha sido feita e que eu fiz aos pais, de um parecer do Conselho Pedagógico da Escola. E esse parecer recebi-o hoje, os Conselhos não reúnem todas as semanas, nem uma vez por mês, por norma. Eu pedi que fosse a reunião do Conselho Pedagógico, exatamente porque eu também estou preocupada, com os tempos.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

De qualquer modo, eu recebi hoje o parecer da Escola, tenho-o aqui comigo, o Conselho Pedagógico foi às 17H00, eu pedi que me fizessem chegar o parecer. O Diretor da Escola concorda com a proposta que foi feita e, portanto, também não é Câmara Municipal que o faz, porque a gestão e a plataforma das inscrições não são da Câmara Municipal, são da DGEsTE, e, portanto, aquilo que vamos fazer, consensualizada esta solução, é que seja retirado, aliás, os pais ao inscreverem-se inscrevem-se por uma ordem de preferência de escolas, se não for naquela será ser na 2ª preferência.

Portanto, não vos posso dizer mais do que aquilo que disse, acompanhei-vos sempre, fiz-vos sempre perceber quais eram as questões que tínhamos, que efetivamente era uma situação difícil de gerir, porque efetivamente nos pareceu que fazer sair da escola no início de um ciclo, os meninos que já lá estavam, é evidente que para além desses há mais 12 ou 13 que serão do pré-escolar e que não transitam e que não podemos resolver de outra maneira, a nossa preocupação foi não reduzir a oferta na área, e essa não vai ser reduzida. A partir daqui temos condições de poder discutir questões de pormenor que aqui colocaram e que eu estou completamente disponível para me sentar com os pais e discutir. Mas tendo noção exata de que, esta foi a proposta que nos pareceu mais plausível de todas aquelas que tínhamos, para resolver um problema que é difícil. É difícil ter uma escola com 3 salas para um ciclo de 4 anos, é difícil.

Conclusão, aquilo que nós vamos fazer é, agora que tenho na mão a última peça do processo, é reunir com os pais e vermos todos os procedimentos que precisamos de fazer, para que uma situação que todos sabemos que não é boa efetivamente tenha um mínimo de solavancos possíveis.

Portanto, é uma situação que temos de resolver e que me foi colocada, que eu procurei resolver logo, os pais sabem isto, sabem que eu não me furtei a nenhuma reunião, pedi os elementos todos que podia pedir para decidir com toda a capacidade de informação e que vos disse também que ia fazer esta proposta, não disse que decidi nem que me competia decidir, disse que ia fazer esta proposta e logo que eu tenha uma situação sedimentada, procuraremos reduzir e fazer aquilo que eu chamo controlo de danos. Porque efetivamente, eu pedi os históricos para tentar perceber porque é que aquela escola só tinha 3 salas para um ciclo de 4. E aquilo que eu penso, é a minha convicção posso estar errada, é que efetivamente, era uma escola com pouca procura e permitia gerir 4 anos em 3. A situação modificou-se.

Portanto, aquilo que acontece hoje, não é o quadro que tinha. Portanto, não é como alguns senhores disseram aqui que nos estamos a justificar com a construção, não! Não, isso é um passo seguinte que acontecerá, ninguém pode se estar a justificar com o que vai fazer hoje, com a eventualidade, nós estamos a discutir a Carta Educativa, temos diversas propostas da Carta Educativa, e, portanto, iremos eventualmente discutir uma solução que pode passar por aí, mas não tem nada a ver uma coisa com a outra. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa, e esta situação era resolver de facto, um constrangimento que existia, que não foi grave até aqui, porque a população era menor, mas que hoje se tornou.

Portanto, aquilo que vos digo e que disse na última reunião, e que vos prometo, é que estaremos sempre em contacto e procuraremos reduzir tudo aquilo que possam ser os contratempos que qualquer situação ali traria.

A questão das matriculas, obviamente que agora tenho este último procedimento na mão, a DGEsTE irá com certeza, proceder ao ajuste das matriculas, quer para o 1º, quer para o pré-escolar, conforme sempre esteve previsto, mas sempre preciso percorrer os passos com segurança e com clareza, com transparência e com toda a boa vontade. Podem ter a clareza disso. Às vezes quando nós estamos envolvidos nas situações, vemos o nosso prisma e não vemos o prisma dos outros, mas com toda a boa vontade. E penso que os senhores na reunião que tiveram comigo, perceberam isso exatamente.

Portanto, a partir de agora, clarificada a situação dos 3 intervenientes no processo, e no território, iremos clarificar a situação e a informação, coisa que até aqui não podíamos fazer porque não havia uma decisão de todos os envolvidos no processo.

Portanto, estou disponível, iremos com certeza continuar a falar sobre isto e sobre a forma de controlar danos porque de facto a situação não é uma situação normal.



Relativamente à senhora Marta Jales. Dizer que efetivamente, eu penso que também temos estado em diálogo com a escola, o Senhor Diretor da Escola sabe está a par de tudo, que temos uma proposta de substituição dos pavilhões de madeira que efetivamente estão num estado de degradação muito grande.

Encontramos uma forma de pedir um projeto ao Ministério da Educação para ser mais célere, um pavilhão logo que pode ser replicado, está nas obras o projeto de especialidades que o Ministério da Educação nos fez chegar. Foi-nos dito que demoraria 3 a 4 meses a finalização do projeto, e, portanto, será uma obra financiada pelo PRR e entrará rapidamente com a candidatura, para poder efetivamente ser concretizada. Terá mais salas do que aquelas que estão hoje nos pavilhões de madeira e, portanto, é um pavilhão que é do secundário, replica laboratórios e auditórios como qualquer escola do Ensino Secundário, é um modelo de pavilhão projetado para escolas secundárias, e aquilo que lhe posso dizer é que espero que não demore o tempo que até aqui demorou a substituir e vamos dando notícias. Eu tenho sempre mantido o contato e informado o Senhor Diretor da Escola que sabe de todos estes passos e que obviamente também lhe faremos chegar logo que algo mais aconteça e aquilo que aqui pode acontecer é o projeto estar pronto e fazer-se a candidatura. De facto, espero que não tenha que esperar tanto tempo para que aqueles pavilhões sejam substituídos."

5.2.2 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em primeiro lugar, para agradecer aos pais dos meninos da Escola Cremilde Castro e Norvinda e Silva, terem vindo aqui uma vez mais trazer-nos informação sobre um problema que os afeta neste momento, já tinham vindo aqui na Sessão passada da Assembleia Municipal, tínhamos confesso, ficado algo baralhados com a informação que aqui nos deixaram e agora voltamos a ficar baralhados com a informação que aqui nos deixaram.

Senhora Vice-Presidente, nós compreendemos a necessidade de que estas coisas sejam vistas por todas as entidades que intervêm no processo, não temos a mínima dúvida disso. Ficamos a saber pelas suas palavras que há 3 entidades e ao que parece todas elas já se pronunciaram, a Senhora não nos disse aqui foi quais foram os sentidos dessa pronúncia.

Agora, há uma questão, a Senhora disse aqui que esta é uma questão técnica, não é uma questão técnica Senhora Vereadora, esta é uma questão política. Nós conhecemos a escola, nós sabemos que o Senhor Diretor do Agrupamento Escolar, desde 2019, coloca a questão da necessidade de uma nova sala naquela escola e nós sabemos que aquela escola tem condições para ter uma nova sala e, portanto, responder aquilo que são as necessidades, porque são necessidades. Porque se não fossem necessidades, os pais dos meninos daquela escola não vinham aqui colocar a questão. Portanto, há condições físicas para uma decisão política no sentido de dotar aquela escola das condições necessárias para que os meninos, todos os meninos que frequentam aquela escola a possam frequentar. Pelo menos durante mais um ciclo de funcionamento que foi aquilo que foi aqui defendido pelos pais dos meninos daquela escola.

Portanto, Senhora Vice-Presidente, a nossa questão é tentar perceber, porque razão aqui uma escola que tem condições, que tem qualidade, e que é tão apreciada pelos pais e pela comunidade escolar, porque é que se coloca neste momento, a questão da necessidade de expulsar meninos daquela escola para outras escolas, por manifesta falta de vontade de resolver o problema como aparentemente é possível resolver com a construção de uma nova sala naquela escola."

5.2.3 – A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, eu não costumo estar a deitar para os outros culpas que não são minhas. Mas agora eu pergunto-lhe, qual foi a atitude pedagógica de construir uma escola para um ciclo de 4 anos com 3 salas? É capaz de me explicar? É que eu não consigo entender. A não ser que fosse com a ideias de fazer turnos duplos, que é uma coisa que eu completamente rejeito. Ou à espera que a comunidade não crescesse, não era não crescesse é que já nem tinha uma sala para cada ano. Portanto, eu pergunto, às vezes fico atónita, fico atónita. Eu estou a tentar resolver um problema, não estou a tentar deitar as culpas a ninguém, não estou a questionar



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ninguém politicamente, não fiz nada disso. Não fiz nada disso. Serenamente, respondi aos pais, reuni com eles, agora, estar a aproveitar-se politicamente e a querer dizer que é uma atitude política, uma coisa que eu não sei explicar, eu também posso questionar, ou será que não posso?

A questão que eu lhe coloco é: se quiser que eu lhe explique bem, porque não tenho o tempo aqui, todas as razões e eu não disse que eram as razões técnicas, disse que os técnicos não aprovaram algumas soluções, e eu concordei, salas sem luz direta não. Portanto, ocupar metade de um ginásio também não, meter meninos numa sala que por acaso é uma sala pequena, que é das Associações de Pais, também não. Portanto, eu pergunto, qual foi a razão que justificou e que não se pensou com o mínimo de horizonte, que 3 anos não chegam para um ciclo que tem 4.”

5.2.4 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu posso explicar sim, Senhora Vereadora, e a Senhora devia perceber porque a Senhora foi professora e, portanto, devia perceber. É que a escola Cremilde Castro e Norvinda e Silva foi construída em 2009, com base numa carta educativa de 2009. As circunstâncias mudaram, e o grande problema está em quem está agora no poder, tem de saber adaptar-se e tem que saber encontrar as respostas necessárias à alteração dessas circunstâncias.

Senhora Vice-Presidente, a Escola Cremilde Castro e Norvinda e Silva foi construída em 2009 ou abrigo de uma carta educativa que foi feita nessa altura e correspondeu obviamente às necessidades que foram identificadas nessa altura. Agora, se a Senhora em 2023, não é capaz de se adaptar às novas realidades esse já não é um problema de quem construiu a escola em 2009.”

5.2.5 – A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, eu não sei que carta educativa, se fosse em 2009, 2007 ou 2015, por um ciclo de 4 anos, constrói uma escola com 3 salas. Eu não sei. E diz-me que eu sou professora, pois sou. E por isso mesmo eu não sei. Que construísem 4 para 3 anos de ciclo eu até entendia, agora, construírem uma escola com 3 salas para um ciclo de 4, eu não sei porquê, qual foi a carta educativa que o propôs nem porquê. Vou resolver o problema, mas vou resolver o problema de forma a que não atamanque nem ande a meter soluções que são aquelas que não se devem tomar. Portanto, estamos elucidados sobre a decisão política.”

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.2 - Foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:

6.2.1- Voto de Pesar em memória das vítimas dos massacres perpetrados pela Federação Russa na Ucrânia, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Ivo Filipe Almeida (PS).

6.2.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Ivo Filipe Almeida (PS):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados/as Municipais;

Aos primeiros dias de abril de 2022, sensivelmente um mês depois do início da invasão militar da Ucrânia pela Federação Russa, o mundo foi assolado e assistiu em choque às imagens do massacre na cidade de Bucha, nos arredores de Kiev, território que esteve sob ocupação de tropas russas.

A comunidade internacional tem denunciado reiteradamente desde o início da guerra as atrocidades cometidas contra civis, entre os quais mulheres e crianças, apelando inclusive à ação do Tribunal Penal Internacional para apuramento de responsabilidades.

Também a Assembleia da República, em defesa dos direitos humanos, do valor fundamental da vida humana e do direito internacional humanitário, condenou com veemência a invasão e os massacres perpetrados na cidade ucraniana de Bucha. O número exato de pessoas que foram assassinadas é ainda desconhecido. Se há um ano



as estimativas apontavam para pelo menos 300 pessoas, que foram encontradas imediatamente após o ataque, hoje sabe-se que seguramente mais de mil civis foram mortos e torturados em toda a região do Oblast de Kiev.

As imagens de Bucha chocaram o mundo, mas não menos chocantes são as dos massacres também cometidos em regiões ou cidades como Mariupol, Borodyanka, Zaporijia e Donetsk, assim como outros lugares que continuam a ser marcados pela brutalidade da violência e por violações flagrantes de direitos humanos. Relatos de atrocidades que continuam a vir a público e incluem tortura, mutilação, decapitação, estupro e abuso sexual, assim como deportações e deslocações forçadas de civis, incluindo milhares de crianças.

Quando se assinala um ano do massacre de Bucha, é momento para uma vez mais condenar veementemente estes atos e todos os que aconteceram e continuam a acontecer até aos dias de hoje nas várias cidades e regiões ucranianas, manifestando ao povo ucraniano o nosso profundo pesar e solidariedade, e apelando novamente à responsabilização e punição dos seus autores.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Almada, um ano depois da libertação de Bucha, Irpin e Hostomel, lembra com profundo pesar o massacre de Bucha e todos os massacres que aconteceram em solo ucraniano desde o início da invasão da Ucrânia pela Federação Russa, manifestando ao povo ucraniano todo o seu apoio e solidariedade e condenando veementemente todas as barbaridades e crimes de guerra cometidos pelos militares russos em território ucraniano.”

6.2.2 – Pelo Falecimento de Joaquim Pessoa, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Ricardo Antunes Carneiro (CDU).

6.2.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Ricardo Antunes Carneiro (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados/as Municipais;

Joaquim Maria Pessoa, conhecido no meio literário por Joaquim Pessoa, nasceu no Barreiro a 22 de fevereiro de 1948 e faleceu no passado dia 17 de abril de 2023, com 75 anos e após doença prolongada.

Construtor e fazedor da língua portuguesa em múltiplas dimensões, Joaquim Pessoa foi publicitário, artista plástico e professor universitário.

Mas foi como Poeta que mais se distinguiu no panorama das artes portuguesas, tendo publicado ao longo da sua vida literária, iniciada em 1975 com o livro “O Pássaro no Espelho” (Moraes Editores), mais de três dezenas de obras literárias.

A sua obra justificou a atribuição de diversos prémios, dos quais se destacam o prémio de poesia da Associação Portuguesa de Escritores, atribuído em 1981 à sua obra “O Livro da Noite”, e o prémio de literatura António Nobre, atribuído em 1982 à sua obra “O Amor Infinito”. Joaquim Pessoa possui igualmente uma forte ligação ao Concelho de Almada, tendo recebido o Prémio Literário Cidade de Almada, e em 2019 integrou o Júri daquele Prémio, em representação da Câmara Municipal de Almada.

Em 2015, no âmbito da celebração dos 40 anos de atividade literária do poeta, a Câmara Municipal da Moita e a Editora Edições Esgotadas criaram o Prémio de Poesia Joaquim Pessoa, destinado a distinguir uma obra inédita de poesia escrita em língua portuguesa. Ainda no Concelho da Moita, na Baixa da Banheira, o nome do Poeta Joaquim Pessoa foi atribuído à toponímia daquela localidade, assim como no Poceirão, localidade do Concelho de Palmela.

Conhecido também como poeta de canções, muitos dos seus poemas – como dizia, em entrevista publicada em 2004 no livro “Poetas Visitados”, de Maria Augusta Silva, em 90% dos casos retirados de livros seus, e não escritos propositadamente para canções –, foram musicados e interpretados por nomes consagrados do panorama musical português. Carlos do Carmo (“Cantiga de Maio”), Fernando Tordo (“Assim como quem morre”), Carlos Mendes (“Amélia dos Olhos Doces”), Jorge Palma (“Mar Português”), Paulo de Carvalho (“Amor sem palavras”) ou Rui Veloso (“Desconversar”), dão voz e expressão a alguns desses poemas.

A primeira versão da conhecidíssima canção “Lisboa Menina e Moça”, originalmente interpretada por Carlos do Carmo, é também da autoria de Joaquim Pessoa. Um tema que foi rejeitado pelo júri do Festival da Canção em



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

1975, e inicialmente se chamava “Do Algarve ao Minho”, não versando sobre a Capital do País como acontece na versão que acabou por ser consagrada pelo público.

Joaquim Pessoa foi diretor da Sociedade Portuguesa de Autores entre 1988 e 1994, e foi também um dos fundadores da cooperativa artística Toma Lá Disco, com José Carlos Ary dos Santos, Fernando Tordo, Carlos Mendes, Paulo de Carvalho e Luiz Villas-Boas.

A atividade profissional e artística de Joaquim Pessoa não se esgota na Poesia. Ao lado da escrita dos seus poemas, o autor desenvolveu intensa atividade enquanto publicitário, integrando a direção de diversas agências de publicidade. Como afirmou à RTP em 1991, esse era “um trabalho que juntamente com a minha carreira literária faz de mim um homem todos os dias feliz”. É também autor ou coautor de diversos programas de televisão, como 1000 Imagens, a famosa série infantil Rua Sésamo ou 45 Anos de Publicidade em Portugal.

Joaquim Pessoa produziu igualmente obra artística nas áreas do desenho e da pintura, tendo participado, a partir de 1998, em diversas exposições coletivas e individuais. O Poeta considerava a sua intervenção no domínio das artes plásticas como uma extensão da sua poesia. Citado por Maria Augusta Silva no Diário de Notícias, em 22 de junho de 2003, Joaquim Pessoa afirmava que “o que faço nas artes plásticas é também um ato poético. Julgo ter uma plasticidade muito ligada à poesia, sinto-as como irmãs”.

A Assembleia Municipal de Almada delibera expressar os mais sentidos pêsames e a mais profunda Solidariedade à família do Poeta Joaquim Pessoa, a todos os seus muitos amigos, às Artes e Artistas portugueses em geral, e à Poesia e Poetas em particular, e à Sociedade Portuguesa de Autores, na convicção de que desapareceu fisicamente o Homem, mas permanecerá connosco o seu génio criativo, a sua obra, a sua poesia e o seu exemplo de vida.”

6.2.3 – Pelo Falecimento de Vitor Lopes, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Maria Rita Magalhães (CDU).

6.2.3.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados/as Municipais;

Faleceu no passado dia 10 de abril Victor Manuel das Neves Lopes, nascido na Vila da Trafaria em 28 de maio de 1943, terra onde sempre viveu, e nela deixa um enorme legado de dedicação e participação na vida pública.

Victor Lopes viveu toda a sua vida assente em ideais e convicções, com dedicação e empenho na defesa das causas sociais e pelos interesses da sua localidade e do seu povo.

Foi um ativo participante e construtor do movimento associativo popular, tendo assumido diferentes cargos e responsabilidades ao longo da sua vasta intervenção associativa, de que se destaca a sua qualidade de Sócio, Dirigente e Presidente da Direção do Clube de Futebol da Trafaria, fundador e Dirigente da Cooperativa de Consumo da Trafaria “A Força do Povo”, fundador e Dirigente da Associação de Desenvolvimento da Trafaria, e fundador e Dirigente da Associação “Alma Alentejana”.

Militante do PCP desde 1975, técnico de telecomunicações, defendeu os trabalhadores e foi respeitado e reconhecido pela sua ação. Foi membro da Comissão Concelhia de Almada e da Comissão de Freguesia da Trafaria do PCP.

Dedicou uma parte considerável da sua vida ao Poder Local Democrático, ao desenvolvimento da sua terra natal.

Após a Revolução de Abril, nas primeiras eleições livres para os órgãos do Poder Local Democrático, em 1976, foi eleito pela FEPU presidente da Junta de Freguesia da Trafaria. Sempre integrado nas listas da APU e da CDU, foi eleito ao longo de 25 anos consecutivos, tendo exercido funções de Presidente da Junta da Freguesia da Trafaria durante 15 anos.

Em 2012 esteve na primeira linha da luta contra a reorganização administrativa imposta às Freguesias a partir do governo da direita, empenhando-se ativamente na luta contra a extinção da sua freguesia, a Trafaria.



Preocupado com o bem-estar e defesa das aspirações das populações, com o exercício do poder popular e o serviço público universal, integrou novamente as listas da CDU no mandato de 2013 - 2017, tendo sido eleito para a Assembleia de Freguesia, agora, da União das Freguesias da Caparica e Trafaria, e desempenhado o cargo de vogal no executivo da Freguesia.

Numa nova fase da vida, integrou a Direção da Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI), assumindo as funções de Tesoureiro da Direção, e mais tarde foi fundador da Federação Distrital do MURPI, tarefas que desenvolveu com responsabilidade até ao limite das suas capacidades, em prol de melhores condições de vida daqueles que toda a vida trabalharam.

Um conjunto muito significativo de amigos e camaradas do Victor Lopes, quis estar presente no momento simbólico da sua despedida física do nosso convívio. Uns porque tiveram o privilégio de privar com a sua pessoa, e nele reconhecem o Ser Humano Bom que foi, e é. Outros, também por conhecimento pessoal do seu percurso cívico e de vida. Todos, afirmando com segurança e determinação, que em coletivo prosseguiremos com a confiança, a energia e a alegria infindável de sermos livres, hoje e amanhã, o rumo de progresso e desenvolvimento que o Victor tanto amou e por que tanto lutou.

A Assembleia Municipal delibera expressar as mais sentidas condolências e o mais profundo voto de solidariedade e amizade a toda a Família do Victor Lopes, em especial à Antónia, sua companheira, e aos filhos Pedro, Sónia, Clara e Margarida, reconhecendo e expressando o apreço pela sua generosidade e humanismo, pelo seu trabalho, zelo, dedicação e construção dos ideais de Abril, que nenhuma história apagará ou negará, na sua caminhada para transformação do país e para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo."

6.2.4 – Pelo Falecimento de Manuel Rui Azinhais Nabeiro, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Daniel Alexandre Silva (PS).

6.2.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Alexandre Silva (PS):

"Senhor Presidente, Senhores Deputados/as Municipais;

"Um homem de abril que nasceu em março". É assim que é descrito Manuel Rui Azinhais Nabeiro pela biógrafa Tereza Castro Ribeiro.

No passado dia 19 de março de 2023, o país acordou mais pobre, tendo perdido uma figura incontornável da sua história recente. Figura essa cujo percurso, ética, solidariedade e espírito impulsionador deixa um inegável legado, não só como um dos mais importantes e bem-sucedidos empresários portugueses, mas também como mecenas de causas diversas – do desporto à saúde, da cultura à educação, e como um impreterível defensor da sua terra de Campo Maior e do direito do Interior ao desenvolvimento económico e social. Contudo, para muitos, provavelmente para a maioria daqueles que com ele se cruzaram – no trabalho, na política, nas causas sociais, no seio empresarial – o que define a nossa memória coletiva de Rui Nabeiro é, nas palavras do escritor José Luís Peixoto, "(...) Rui Nabeiro foi um empresário que teve como principal preocupação as pessoas, nomeadamente as que lhe eram mais próximas e acredito que será por isso que continuará a ser recordado por muitos anos".

Nasceu a 28 de março de 1931, em Campo Maior, numa família humilde. Aos 19 anos assumiu as rédeas da pequena empresa familiar, a Torrefação Camelo. Em 1961 fundou a Delta Cafés, seguida da Novadelta, em 1982, e por fim, em 1988, do Grupo Nabeiro – Delta Cafés, que ao longo das últimas décadas deu origem a mais de duas dezenas de empresas em diversos setores económicos.

O seu percurso também ficou marcado pelo exercício da vida política. Foi Presidente da Câmara de Campo Maior antes do 25 de abril, tendo-se tornado o primeiro Presidente democraticamente eleito do Município, pelo Partido Socialista, em 1977, mantendo-se no cargo até 1986.

O seu legado estende-se ainda para o seu trabalho junto de causas e instituições sociais, culturais e educativas. Em 2007, inaugurou o Centro Educativo Alice Nabeiro, para dar resposta às necessidades extraescolares das crianças de Campo Maior. Dois anos depois, em 2009, com o patrocínio da Delta, a Universidade de Évora criou



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

a Cátedra Rui Nabeiro, destinada à promoção da investigação, do ensino e da divulgação científica na área da biodiversidade.

Recebeu, em 1995, pelo então Presidente da República Mário Soares, o Grau de Comendador da Ordem Civil do Mérito Agrícola, Industrial e Comercial Classe Industrial. Em 2006, Jorge Sampaio distinguiu-o como Comendador da Ordem do Infante D. Henrique. Também do país vizinho veio o reconhecimento da importância do Comendador e da Delta Cafés. Em 2009 recebeu a Comenda da Ordem de Isabel a Católica e em 2010 foi nomeado Cônsul Regional Honorário de Espanha, com sede na Vila de Campo Maior. Era ainda Doutor Honoris Causa pela Universidade de Évora e pela Universidade Lusófona.

O seu legado estende-se também a Almada, mais concretamente ao Hospital Garcia de Orta, para o qual foi um grande benemérito, tendo contribuído com diversos donativos para o Serviço de Neurocirurgia, e com a compra de equipamentos para o Centro de Tumores Cerebrais e para o Serviço de Pediatria, no Centro de Desenvolvimento da Criança.

Recordaremos o Comendador Rui Nabeiro pelas suas próprias palavras, quando falou sobre nunca ter vendido a Delta, “Estava e estou mais do que comprometido com a sociedade em geral. Temos um percurso de vida no âmbito social elevadíssimo e nunca poderia vender (...) quem semeia colhe e quem distribui recebe. E eu faço muito isso”.

Recordaremos igualmente as palavras que disse a propósito de ter sido militante do Partido Socialista, “Sou do Partido Socialista porque nasci numa terra pobre” e esta afirmação orgulhosa do camarada Rui Nabeiro, e que valoriza também o Partido Socialista, fez avançar muito a sua terra, Campo Maior e em nada ofusca a sua visão abrangente e de reconhecimento amplo da importância dos vários partidos políticos e do papel de todos para a construção da democracia.

Neste momento de pesar, a Assembleia Municipal de Almada transmite à sua família, aos seus amigos, ao Grupo Nabeiro – Delta Cafés, aos seus Camaradas do Partido Socialista e a todos os que tiveram a honra de lhe ser próximos, as suas mais profundas condolências.”

6.2.5 – Pelo Falecimento de Óscar Soares, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Marta Cortez Santos (PS).

6.2.5.1 – A Senhora Deputada Municipal Marta Cortez Santos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados/as Municipais;

Óscar Soares faleceu, no passado dia 20 de abril de 2023.

Óscar Soares era um oficial miliciano quando se deu o 25 de abril de 1974 e, ao longo de toda a sua vida, soube honrar e afirmar os valores de abril.

Engenheiro eletrotécnico de formação, afirmou-se como professor na então Escola Comercial e Industrial Emídio Navarro, onde desempenhou funções como dirigente e se empenhou na promoção e valorização das formações técnicas e tecnológicas, assim como na aproximação entre a educação e o mundo do trabalho.

Sindicalista docente, foi um dos mais destacados militantes e dirigentes do SPGL e da FENPROF em que, com um dinamismo e uma convicção ímpares, ao longo do tempo integrou os órgãos sociais ou animou listas alternativas, sempre com lealdade e respeito pela diferença.

Foi também membro da Comissão Nacional da CGTP-IN e integrou o Secretário Nacional da Corrente Sindical Socialista da CGTP-IN.

Aderiu ao Partido Socialista a 28 de dezembro de 1989, tendo militado na Secção de Almada e na Secção Sectorial de Educação e Formação de Almada, de que foi um dos fundadores.

Integrou o Comissão Política Concelhia de Almada do Partido Socialista, participando ativamente na vida partidária enquanto a sua saúde lho permitiu.



Neste momento de pesar, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 26 de abril de 2023, na Escola Secundária do Monte de Caparica, presta justa homenagem ao Professor Óscar Soares e apresenta as mais sentidas condolências à sua família, ao Partido Socialista e ao SPGL.”

6.3 – No debate usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais João Eduardo Geraldês, Pedro Miguel Matias e a Senhora Vereadora Francisca Parreira.

6.3.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em primeiro lugar para solicitar que o voto de pesar que o Partido Socialista aqui nos traz sobre a guerra na Ucrânia seja votado em separado dos outros votos de pesar.

E sobre este documento, a CDU e as suas componentes, o PCP e o PEV, já se pronunciou de forma clara, transparente e inequívoca, relativamente à rejeição e condenação dos acontecimentos militares, desencadeados pela Federação Russa com a invasão da Ucrânia, não podendo hoje existir qualquer dúvida sobre este posicionamento e condenação.

A CDU não tem dúvidas também, de que as responsabilidades pelos massacres, pelos crimes de guerra, pelas atrocidades e outras da mesma natureza que tenham sido cometidas ao longo do conflito armado, independentemente de quem as tenha cometido, terão de ser apuradas, julgadas e devidamente punidas.

Mas o tempo para esse julgamento e para essa condenação, tanto pela justiça dos homens, como pela justiça da história, só poderá ser o tempo em que a paz esteja reconquistada e esteja reconstruída.

O caminho agora, não é nem pode ser, o do incitamento à guerra e ao ódio, o caminho agora, como desde o início de um conflito que nunca deveria ter começado, é a de procura de pessoas e de países, que se mostrem disponíveis para conduzir os dois beligerantes à mesa das negociações e construir uma solução diplomática e pacífica, para o conflito, dando todas as oportunidades à paz e nenhuma à guerra.

É aqui nesta dimensão que nos situamos e é daqui desta dimensão que não abdicamos de nos situar.

Por isso votamos contra um texto que apenas nos apresenta uma visão belicista e revanchista do problema que constitui a guerra em curso na Ucrânia, que não apresenta nenhuma visão positiva que corresponda ao desejo de procurar uma solução diferente, que não passe pela força das armas.”

6.3.2 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Matias (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Isto parece-me, esta moção, traz-me aqui à memória algumas coisas que me parecem importantes, e é triste, muito triste, e é revoltante até, de ver o Partido Comunista a votar contra uma moção destas, um voto de pesar, onde um país que foi invadido por outro, por um fascista, por regime assassino, onde as liberdades individuais são todos os dias espezinhadas e são cilindradas pela máquina policial do Senhor Putin, onde a invasão à Ucrânia é a maior violação da Carta das Nações Unidas e do direito internacional, e mais grave do que isto, é os crimes que foram realizados em Bucha, onde centenas e centenas de pessoas, como dizem aqui, foram decapitadas, mutiladas, abuso sexual, deportações forçadas, de crianças e de mulheres.

Pessoas assassinadas com tiros na cabeça, esta é a maior vergonha que eu vi até hoje nesta Assembleia Municipal. Uma moção que condena um regime assassino, que viola todo o direito internacional, e vem aqui dizer e falar de paz. Qual paz? A paz igual à da Bielorrússia? É essa paz que desejam? A paz da Coreia do Norte? A paz da Venezuela? Qual é a paz que querem? Ou querem a paz da Europa? Qual é a paz que querem? Isto é vergonhoso, eu tenho vergonha de me sentar ao vosso lado aqui nesta Assembleia Municipal.”

6.3.3 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Eu pedi a palavra para me associar a um voto de pesar, sendo certo que me associo a todos os outros, mas um voto de pesar em particular. E os/as Senhores/as Deputados/as Municipais, conhecem também o meu percurso enquanto autarca, supostamente suspeitam qual é o voto de pesar a que me estou a referir. O voto de pesar pelo falecimento do autarca e distinto cidadão Vitor Lopes.

Eu pude naturalmente acompanhar enquanto Trafariense, que me considero também, terra de adoção, por acompanhar o percurso deste nobre autarca. E independentemente do nosso ediário e daquilo que cumprimos enquanto edeologia politica, há homens e mulheres que com distinção se dedicam à causa pública e devem ser notabilizados, devem ser naturalmente, elogiados e homenageados, quer em vida, quer na morte.

Eu queria naturalmente dizer, que o caminho que fiz foi um caminho sempre de muita estreiteza, proximidade e consideração pelo trabalho que o Vitor desenvolveu na Trafaria e nas outras áreas de intervenção sociatárias onde estive e a própria moção/deliberação dá nota, é um homem de uma grande dimensão é e era, porque as pessoas se perpetuam através da sua missão e da forma como cumprem o seu dever na terra, e eu quero deixar aqui um forte abraço, um beijo caloroso e muito sentido, à Antónia Lopes que também foi como sabemos, Presidente de Junta, também foi Vereadora executiva na Câmara Municipal, aos seus filhos, e também naturalmente, deixar aqui os meus pêsames ao Partido Comunista e à CDU que ele tão distintamente representou.

Os homens e as mulheres dignos, devem ser lembrados sempre assim como o 25 de Abril.”

6.4 - Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.4.1 – O voto de pesar em memória das vítimas dos massacres perpetrados pela Federação Russa na Ucrânia, foi aprovado por maioria com 27 votos a favor, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP e 11 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra.

6.4.2 – O voto de pesar por falecimento de Joaquim Pessoa, foi aprovado por unanimidade.

6.4.3 – O voto de pesar por falecimento de Vitor Lopes, foi aprovado por unanimidade.

6.4.4 – O voto de pesar por falecimento de Rui Azinhais Nabeiro, foi aprovado por unanimidade.

6.4.5 – O voto de pesar por falecimento de Óscar Soares, foi aprovado por unanimidade.

6.5 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

6.6 – Para apresentar moções, deliberações e demais votos usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais:

6.6.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), para apresentar uma Recomendação sobre “Criação de Regulamento de Concessão de Direitos e Benefícios Sociais aos Bombeiros do Município de Almada”;

6.6.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os Bombeiros são reconhecidos pela sociedade pelo seu insubstituível papel no auxílio e socorro às populações em caso de incêndio, acidentes, catástrofes ou calamidades.

Merecem reconhecimento as difíceis condições a que estão diariamente expostos no seu trabalho, zelando pelo bem-estar da população, com elevado grau de dedicação, devoção e sacrifício pessoal e familiar.

Dedicados a uma causa com elevado sentido de responsabilidade, altruísmo e solidariedade, estes homens e mulheres devem ser tratados com dignidade, lembrados, valorizados e recompensados pelo seu esforço e dedicação ao próximo.



Torna-se por isso fundamental o estabelecimento, por via regulamentar, da concessão dos direitos e regalias a atribuir aos Bombeiros, definindo para o efeito as obrigações e regras a serem observadas.

Atualmente, no Concelho de Almada, existem três Corpos de Bombeiros, detidos pela Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Cacilhas, fundada a 15 de janeiro de 1891, Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Almada, fundada a 26 de agosto de 1913, Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Trafaria, fundada a 25 de junho de 1931.

Ao longo da sua existência, e das diversas gerações que por lá passam, seja nos órgãos sociais, seja no corpo ativo, estas têm prestado um serviço de excelência e de proximidade às populações do Município de Almada, cujos efetivos merecem todo o nosso reconhecimento.

Nesse sentido, o futuro regulamento poderá, a título de exemplo e de modo a recompensar e atrair novos efetivos, passar pela atribuição de uma redução Fiscal em Sede de IMI e uma baixa nas tarifas da água, entre outros benefícios.

Assim, o Grupo Municipal do Partido Chega propõe que a Assembleia Municipal assuma o compromisso de propor ao Executivo da Câmara Municipal de Almada que inicie todas as medidas necessárias para a elaboração de um Regulamento de Concessão de Direitos e Benefícios Sociais aos Bombeiros deste Município, para que nunca nos esqueçamos do valor, do lema dos Bombeiros Portugueses, de vida por vida. Muito obrigada aos Bombeiros Portugueses."

6.6.2 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Manuel Lêdo (PS), para apresentar uma Saudação "Ao Governo pela realização da iniciativa "Governo + Próximo" no Distrito de Setúbal";

6.6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Manuel Lêdo (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os últimos anos têm sido marcados por sucessivas crises de larga escala que afetam o nosso país. À urgência climática somou-se a crise pandémica – uma realidade até então desconhecida de quase todos – e a desestruturação de cadeias de abastecimento globais. Mais recentemente, a voracidade destrutiva das ondas de choque de uma guerra hedionda somou-se-lhes, gerando um quadro inflacionista que se propagou pela economia europeia.

Num contexto de imprevisibilidade e provação, a estabilidade alicerça-se no estreitamento entre decisores, território e as suas comunidades, nomeadamente através da concretização de políticas públicas estruturais, aliadas a opções mitigadores do contexto económico atual, que apesar de ser alheio a Portugal, afeta a vida das famílias portuguesas.

Nos passados dias 29 e 30 de março, o XXIII Governo da República realizou, em Setúbal, a 4ª edição da iniciativa "Governo + Próximo", com a realização de mais de 80 ações por todo o distrito de Setúbal, com particular incidência para obras e projetos em curso em cada um dos 13 concelhos que o compõem.

De igual modo, a 24 de março deste ano, a publicação no Jornal Oficial da União Europeia finalizou o processo de constituição da Península de Setúbal como NUTS II e NUTS III. Um exigente percurso que envolveu diferentes políticos, empresários e demais forças vivas da sociedade civil e uma condição indispensável à concretização do tremendo potencial do Distrito de Setúbal, e do nosso concelho em particular, que vem pôr fim à assimetria que discriminava estes territórios no acesso a fundos comunitários.

Porque a economia portuguesa prospera sempre que aposta no distrito de Setúbal, a decisão do Conselho de Ministros Extraordinário, realizado em Setúbal, que aprova um conjunto de medidas que apostam no Arco Ribeirinho Sul, merece destaque.

Com particular interesse para Almada, foi anunciado o investimento nos territórios das outrora pujantes Lisnave, Siderurgia Nacional, e Companhia União Fabril. Com esta decisão, os 57 hectares de território no concelho de Almada, 217 no Seixal e 202 no Barreiro, serão – finalmente – valorizados, de acordo com as necessidades do nosso concelho, da Área Metropolitana de Lisboa e do país.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A este projeto soma-se a aposta na criação de emprego, de habitação, na mobilidade, no turismo, na saúde e na educação, entre outras, aprofundando o conceito de “Cidade das duas margens”, que liga o Arco Ribeirinho Sul à margem norte do Rio Tejo.

O Governo e as Autarquias têm o dever de continuar a estreitar a cooperação enquanto propulsores da mudança, com o desejável envolvimento institucional e técnico do tecido empresarial regional, bem como da academia, nomeadamente em dossiers como a expansão do Metro Sul do Tejo, a edificação de novas infraestruturas, o aproveitamento de património de Estado com usos desatualizados, entre outras matérias de relevo.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada delibera saudar o Governo pela realização do Conselho de Ministros descentralizado no distrito de Setúbal e pelas decisões nele tomadas que traduzem a aposta no desenvolvimento no nosso distrito e, em particular, no Concelho de Almada.”

6.6.3 – O Senhor Deputado Municipal José Ricardo Martins (PS), para apresentar uma Saudação a “Mafalda Lopes e à Associação de Surf da Costa da Caparica22”;

6.6.3.1 – O Senhor Deputado Municipal José Ricardo Martins (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Caparicana Mafalda Lopes desde muito jovem começou a praticar surf nas praias da Costa de Caparica, traçando o seu caminho na alta competição.

Em 2016, com apenas 15 anos, sagra-se campeã europeia Eurosurf Júnior e é campeã nacional sub-18. Desde então não existiram limites para a sua excelência como atleta profissional.

Em 2017, é campeã nacional de sub-16 e melhor Júnior na Liga Meo Surf, a liga nacional com maior relevo.

O seu percurso cresce ano após ano, com novas conquistas a nível nacional e internacional.

No ano seguinte, em 2018, volta a sagrar-se vice-Campeã Europeia Eurosurf Júnior e é simultaneamente campeã nacional sub-18, sendo considerada pela Liga Meo Surf a melhor Júnior da prova, é também distinguida com o prémio Tiago Pires “Atleta com mais potencial futuro”.

Em 2019, atinge o expoente máximo da sua jovem carreira ao sagrar-se campeã europeia Júnior WSL (World Surf League); é pela terceira vez campeã nacional sub-18 e nomeada para Esperança Olímpica; à posteriori participa no mundial de juniores WSL e ISA Games, alcançando o 9 lugar com as cores da seleção nacional ao peito. Tudo isto com apenas 18 anos.

Em 2021 faz o segundo lugar na terra que viu nascer para o surf no WQS: Costa da Caparica; adicionalmente conquista o 3 lugar no ranking Liga Meo Surf.

Em 2022 sagra-se vice-campeã europeia da World Surf League.

Este ano, o início do mês de abril foi marcado por mais uma edição do Caparica Surf Fest, o último evento da série de qualificação (QS) da World Surf League (WSL) para a temporada 2022-23, na corrida à Challenger Series (CS). A edição ficou marcada pela vitória brilhante de Mafalda Lopes, atleta da Associação de Surf Costa de Caparica.

Em paralelo ocorreram outras iniciativas, como aulas de surf gratuitas abertas à população e comunidade juvenil/escolar do nosso concelho, promovidas por entidades locais, com o objetivo não só de promover o desporto, como também de democratizar o acesso a esta modalidade.

A Mafalda, para além de ser uma atleta de excelência é também uma cidadã que defende os valores de solidariedade, paz e liberdade; envolvendo-se no projeto social “Surf no Bairro”, transmitindo o seu conhecimento e valores aos mais jovens. É com grande orgulho que testemunhámos a vitória da atleta nas ondas da Costa de Caparica.



Como tal, a Assembleia Municipal de Almada delibera saudar Mafalda Lopes e a Associação de Surf Costa de Caparica pelo seu percurso e pela vitória na última etapa na prova de qualificação da Liga Mundial de Surf.”

6.6.4 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS), para apresentar uma Saudação “Ao 50º Aniversário do Partido Socialista – Um Futuro com História”;

6.6.4.1 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS).

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Partido Socialista completou 50 anos desde a sua fundação, mantendo-se fiel aos seus princípios e à defesa da Liberdade e da Democracia.

A 19 de Abril de 1973, o Congresso da Ação Socialista Portuguesa (ASP), que se realizou em Bad Munstereifel, na Alemanha, “ponderando os superiores interesses da Pátria, a atual estrutura e dimensão do movimento, as exigências concretas do presente e a necessidade de dinamizar os militantes para as grandes tarefas do futuro, deliberou transformar a ASP em Partido Socialista”.

O PS tem sido assim, ao longo dos anos, o principal percursor e construtor do Estado de Direito e do Estado Social em Portugal, principal razão da melhoria das condições de vida dos portugueses ao longo destas quase cindo décadas de Democracia, um partido de múltiplas gerações de portugueses ao serviço dos cidadãos.

Seja através do exercício de cargos de governação ou exercendo o importante papel de oposição, nas autarquias, na Assembleia da República, no Governo de Portugal ou nas instancias europeias, o Partido Socialista tem pugnado, através da sua ação, pela construção de um Portugal Melhor, mais Justo, com cada vez menos desigualdades, Inclusivo, Livre e Democrático, por mais e melhores condições de vida, pela garantia dos Direitos Sociais, desde o acesso à educação, ao trabalho, à segurança, à saúde e à habitação, e pela garantia dos Direitos Humanos Fundamentais.

Ao Partido Socialista é justo prestar reconhecimento pela defesa dos valores de Abril e pelo incessante combate aos movimentos e partidos que procuram, através de uma retórica que explora os medos mais profundos da condição humana, destruir a democracia e regressar a um passado de autoritarismo e intolerância, de má memória.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada delibera saudar o Partido Socialista, nas pessoas dos seus fundadores, militantes e aos portugueses que depositam a sua confiança nos eleitos do Partido Socialista, pelos 50 anos de história que marcaram de forma indelével o nosso país.”

6.6.5 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN), para apresentar uma Recomendação “Sessões de treino de cães gratuitas no Parque da Paz” (Anexo);

6.6.5.1 A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A taxa de abandono de animais de companhia aumentou em mais de 30% entre 2020 e 2022, o que quer dizer que por dia são abandonados cerca de 100 animais de companhia. Uma das causas do abandono, prende-se com o comportamento indesejado dos animais, como ladrar muito, estragar a casa ou o jardim, ser reativo, pouco sociável com pessoas ou animais, comportamentos que podem, na maioria das vezes, ser corrigidos com treino adequado.

A existência de treinos na rotina dos nossos animais de companhia, para além de trazer uma melhor harmonia na relação entre cão e tutor, ajuda o animal a aprender a reconhecer as regras para estar em casa, a sentir-se tranquilo tanto no seu lar como no exterior, permitindo ainda que este tenha um comportamento menos ansioso e reativo relativamente a outros animais, pessoas, lugares e estímulos diferentes.

Acontece que as escolas para cães e os treinos não são acessíveis a todas as pessoas com animais, sobretudo por questões económicas, deixando de lado uma franja da população de Almada com animais que não consegue aceder a estes serviços. O custo médio de uma sessão de treino de cães situa-se nos 35€, sendo que para que



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

seja eficaz, o treino deve ser regular e muitas vezes prolongado no tempo, dependendo do problema, das características do animal e da sua relação com o tutor e com o ambiente exterior.

Sendo Almada um Concelho que se diz preocupado e atento à proteção, bem-estar e saúde dos animais de companhia, propomos assim que a câmara municipal possa providenciar treinos de cães de forma gratuita, através da contratação de um profissional credenciado, para todos os almadenses que quieram participar com os seus animais, dando assim oportunidade a quem não tem possibilidade de pagar este serviço e contribuindo, ao mesmo tempo, para a diminuir a taxa de abandono de animais.

Face ao exposto, vem a Representação Municipal do Partido Pessoas-Animais-Natureza propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 26, 27 e 28 de abril delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada:

- A disponibilização por parte da câmara municipal de sessões de treino para cães gratuitas no *Dog Park* situado no Parque da Paz, com o acompanhamento de um profissional credenciado da área.”

6.6.6 – O Senhor Deputado Municipal João Eixa dos Santos (PS), para apresentar uma Saudação “A todos os trabalhadores, por ocasião do 1º de Maio e pela construção de um futuro de trabalho digno para todos”;

6.6.6.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eixa dos Santos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Ao longo da história, tem sido largamente através do trabalho e dos trabalhadores que se tem garantido a existência de condições de vida e de transformação do mundo. No entanto, milhões de homens e mulheres, têm sido vítimas de formas de exploração inqualificáveis, sendo condenados a uma existência indigna, no quadro de um conjunto de relações de poder, em que a prosperidade e o conforto de poucos, se tem alcançado à custa do sofrimento e da dignidade de quase todos.

Apesar dos progressos civilizacionais e do diálogo social terem avançado no sentido da defesa dos direitos dos trabalhadores, continuam a existir situações que os violam. A humanização do trabalho e o reconhecimento do seu valor estão ainda longe de ser uma realidade globalmente alcançada.

No dia 1 de maio assinala-se o Dia do Trabalhador - data consagrada pelo Congresso Operário Internacional em 1889, em homenagem à luta de 500 mil trabalhadores que, em 1886, nesse mesmo dia, saíram à rua em Chicago, numa manifestação pacífica, exigindo a redução da jornada laboral para oito horas. A expressão dessa manifestação, contribuiu para a consciencialização da humanização do trabalhador e da relevância dos seus direitos.

O dia 1 de maio representa, acima de tudo, a afirmação de um progresso civilizacional, económico e social, da redução das desigualdades, para a qualidade de vida dos trabalhadores. Mas o reconhecimento dos direitos laborais é uma conquista que ainda hoje, tal como no passado, se realiza numa luta contínua e que persistirá enquanto houver o desejo pelo progresso, pelas reivindicações e aspirações legítimas dos trabalhadores, que devem ser reconhecidos, recompensados e dignificados pelo seu trabalho.

Atento a essa necessidade, o Governo de Portugal, liderado pelo Partido Socialista, apresentou uma proposta ambiciosa que altera a legislação laboral, no âmbito da Agenda do Trabalho Digno.

Tais alterações irão entrar em vigor no próximo 1º de maio, com a Agenda do Trabalho Digno e de Valorização dos Jovens no Mercado de Trabalho. Esta agenda inclui 70 medidas ao serviço dos trabalhadores e empresas, que assentam em 4 eixos:

- Combater a Precariedade;
- Valorizar os Jovens no Mercado de Trabalho;
- Promover a melhor conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar;
- Dinamizar a negociação coletiva e a participação dos trabalhadores.



A Agenda do Trabalho Digno continua o caminho da valorização salarial, do combate à precariedade laboral, da promoção da contratação coletiva e da conciliação entre a vida profissional e familiar. As preocupações do passado, aliadas às problemáticas que surgiram com a pandemia, levaram à criação de medidas que melhoram e equilibram ainda mais as relações laborais, que dignificam e valorizam os trabalhadores, e que criam condições para que o trabalho do futuro seja, de facto, um trabalho digno para todos.

Conscientes que a luta se faz todos os dias, na busca de direitos e da sua consolidação, a Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 26 de abril, delibera:

1- Saudar os trabalhadores portugueses e o movimento sindical, em especial, os trabalhadores do concelho de Almada, os trabalhadores municipais e de freguesia e todas as entidades que, com base nos princípios da igualdade, da fraternidade, da solidariedade e da justiça social, têm lutado pelos direitos políticos, económicos e sociais e contribuído para a melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores portugueses;

2- Saudar os trabalhadores que por esse mundo fora, com coragem, persistência e determinação, continuam a lutar pela liberdade, pela paz e pelos seus direitos políticos, sociais e sindicais.”

6.6.7 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE), para apresentar uma Saudação ao “1º de Maio”;

6.6.7.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Há 50 anos, no 1º de Maio de 1973, apesar da ditadura fascista, trabalhadores e povo saíram às praças e ruas do país. Com grande coragem. Sabiam que haveria cargas policiais, feridos e prisões. Mas não desistiram. Em Lisboa, Porto, Coimbra, Marinha Grande, Alpiarça, Amadora, Espinho, Torres Novas e em muitos outros locais do país exprimiram a vontade coletiva para melhorar as suas condições de vida e de trabalho, combater as injustiças e desigualdades e acabar com a exploração, e lembravam o Dia Internacional do Trabalhador, as greves e as manifestações de Chicago nos EUA, pela redução da jornada de trabalho para 8 horas e que foi violentamente reprimida, com a condenação à morte de dirigentes sindicais.

Menos de um ano depois, chegou o 25 de Abril de 1974. A explosão de democracia marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: cuidados de saúde públicos, educação, habitação, o direito ao trabalho e ao salário, o reconhecimento às férias e respetivo subsídio, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300 escudos. Foi também após esta data que se consagraram o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como uma nova forma de organização dos trabalhadores, as Comissões de Trabalhadores (CT).

Num momento em que, pelos efeitos da fortíssima inflação, da não reposição de direitos retirados no tempo da troika, dos baixos salários, das novas formas de precarização do trabalho, trabalhadores e trabalhadoras de todos os setores se têm manifestado pelo trabalho digno e pelo direito à habitação, é mais que nunca importante assinalar e valorizar o 1º de Maio, Dia Mundial do Trabalhador. E lembrar que o direito a trabalhar, em condições justas e favoráveis, com uma remuneração justa e satisfatória, que assegure ao trabalhador e à sua família uma existência compatível com a dignidade humana, é um direito humano.

A Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 26, 27 e 28 de abril de 2023, delibera:

Saudar o 1º de Maio e nele a coragem de todos e todas, que exigem dignidade, democracia e progresso social, emprego com direitos, salário e pensões dignas e serviços públicos de qualidade para todos e todas;

Saudar as lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores dos setores público, privado e social, por condições de trabalho dignas, salários justos e contra todas as formas de precariedade ou exploração.”

6.6.8 – A Senhora Deputada Municipal Fátima Maria Marras (BE), para apresentar uma Moção “Regionalizar, para um país menos desigual e mais desenvolvido”;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.6.8.1 – A Senhora Deputada Municipal Fátima Maria Marras (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O atraso do país e a desigualdade entre os territórios não são problemas novos.

Durante séculos, a monarquia concentrou e centralizou o poder. O império tinha uma capital, o restante o restante território era a província.

Mesmo após a instauração da República em 1910 a centralização do poder, “causa de muitos dos males do país” na expressão de Alves da Veiga, não se alterou. E com a ditadura fascista de Salazar, a concentração do poder fez crescer ainda mais o atraso social e as desigualdades territoriais.

Como se deve organizar um Estado para diminuir as desigualdades entre as pessoas e entre os territórios?

A esta pergunta a Constituição de Abril deu a resposta.

Levando em conta as experiências de organização administrativa noutros países, a Assembleia Constituinte incluiu na Constituição da República Portuguesa (aprovada em 2 de abril de 1976 com os votos favoráveis do PS, PPD, PCP, MDP/CDE e UDP) as Regiões Administrativas definidas como uma autarquia, com as atribuições de direção de serviços públicos e “apoio à ação dos municípios no respeito da autonomia destes e sem limitação dos respetivos poderes”. E no artigo 256º apontou que a instituição em concreto de cada região administrativa dependerá do voto favorável da maioria das assembleias municipais que representem a maior parte da população da área regional”.

A 1ª revisão constitucional em 1982 manteve o papel das assembleias municipais na criação das regiões administrativas, o mesmo sucedendo com a 2ª revisão em 1989 e com a 3ª revisão em 1992. E em 1991 sob o impulso de Valente de Oliveira até foi aprovada a Lei Quadro das Regiões Administrativas (Lei nº 56/91). Mas na 4ª revisão constitucional em 1997 tudo mudou. Os dirigentes do PSD e PS engendraram uma forma de travar a criação das regiões administrativas, através da alteração do artigo 256º que passou a exigir um duplo referendo. Fizeram uma maldade ao país e à democracia. As Regiões Administrativas definidas (e bem) pelos deputados constituintes como uma autarquia, passaram a ser apresentadas pelos defensores do centralismo como uma nova fonte de despesa pública e até um atentado à unidade nacional, entre outras ideias erradas.

Mais recentemente, foi desencadeado pela extrema-direita (que não esconde o seu objetivo de destruir a Constituição de 1976) o procedimento para a 8ª revisão. E perante as propostas já conhecidas, João Cravinho, ex-presidente da Comissão Independente para a Descentralização, lançou um alerta sobre as omissões do PS e PSD quanto à importância decisiva da criação das Regiões Administrativas.

A Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 26, 27 e 28 de abril /2023, considerando as consequências desastrosas da centralização do poder no subdesenvolvimento do país e nas desigualdades territoriais, Delibera:

- Instar a Assembleia da República a que no processo de revisão da Constituição, recolha as assembleias municipais como elemento central na instituição em concreto das Regiões Administrativas, respeitando assim a visão muito lúcida dos deputados constituintes inscrita no artigo 256º nº 3 da CRP de 1976.”

6.6.9 – O Senhor Deputado Municipal Vasco Ramiro Gonçalves (CDU), para apresentar uma Saudação ao “1º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores”;

6.6.8.1 – O Senhor Deputado Municipal Vasco Ramiro Gonçalves (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Há 137 anos, 1 de Maio de 1886, muitos milhares de operários, primeiro em Chicago, depois noutras cidades norte-americanas, paravam as fábricas e exigiam em enormes manifestações nas ruas melhores condições de vida e de trabalho, principalmente a redução do horário de trabalho que muitas vezes atingia as 17 horas diárias.

A heroica luta destes milhares de trabalhadores, mesmo brutalmente reprimida pela polícia, teve como resultado a conquista das 8 horas de trabalho diário. O reconhecimento internacional da importância desta conquista, traduziu-se mais tarde consagração à escala mundial do dia 1º de Maio como o Dia Internacional dos Trabalhadores.



Há precisamente 50 anos, no dia 1 de Maio de 1973, os trabalhadores portugueses e a população celebravam o Dia Internacional dos Trabalhadores debaixo da brutal repressão fascista – com a prévia prisão de trabalhadores reconhecidos como organizadores das greves e protestos, com a utilização de canhões com água azul para marcar e identificar os manifestantes, com violentas cargas policiais e dezenas de prisões, ninguém escapando à fúria da polícia de choque.

Passados 365 dias, em 1 de Maio de 1974, derrotado o fascismo e a brutalidade policial, as ruas encheram-se de homens, mulheres, jovens, crianças e famílias gritando Liberdade e "o Povo Unido Jamais será vencido"!

A cada celebração do 1º de Maio, não podemos esquecer os milhões de trabalhadores que em todo o mundo, e em Portugal, foram assassinados, presos, torturados, pela luta que desenvolviam para que todos pudessemos ter uma vida mais digna, mais justa, com direitos no trabalho, na sociedade, mais igualdade e justiça social.

Por isso, o dia 1º de Maio é de homenagem. Mas é também dia de celebração, pelas grandes conquistas alcançadas por essas lutas travadas por esses milhões de homens e mulheres trabalhadores e pelas populações.

Mas o dia 1º de Maio permanece sobretudo como um dia de Luta! De luta pela justiça social, pela exigência do aumento dos salários, por emprego com direitos, por horários de trabalho que respeitem a conciliação do trabalho com a vida familiar, contra a exploração e o aumento do custo de vida, por mais e melhores Serviços Públicos, e particularmente pela concretização dos direitos consignados na Constituição da República Portuguesa em todos os domínios, mas especialmente no que respeita ao Serviço Nacional de Saúde, à Educação e ao direito à Habitação condigna.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal delibere:

1. Saudar todos os Trabalhadores portugueses, manifestando a mais profunda solidariedade com as lutas que desenvolvem pela melhoria das suas condições de trabalho e de vida.
2. Apelar à mobilização das populações, dos trabalhadores e da juventude para que transformem o 1º de Maio numa ação de exigência pela mudança de que o País precisa, e pela afirmação de um País de progresso, livre e soberano ao serviço do seu Povo e pela Paz no mundo."

6.6.10 – O Senhor Deputado Municipal Luis Filipe Palma (CDU), para apresentar uma Saudação à "Luta dos estudantes da Escola Secundária António Gedeão";

6.6.10.1 – O Senhor Deputado Municipal Luis Filipe Palma (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No passado dia 21 de março de 2023, centenas de alunos da Escola Secundária António Gedeão voltaram a manifestar-se ocupando a entrada da escola com o apoio de pais e professores, protestando pela continuada existência de salas construídas em madeira com 34 anos de existência, conhecidas como "galinheiros" onde chove tanto lá dentro como cá fora.

A manifestação dos estudantes juntou mais de 400 pessoas, incluindo Encarregados de Educação, a Associação de Pais, Assistentes Operacionais e Professores.

Esta degradação é do conhecimento da Câmara Municipal de Almada, que aceitou a transferência de competências quanto à gestão do equipamento, sabendo de antemão não só as necessidades de intervenção em todo o espaço escolar que devem ser resolvidas para os dias de hoje, como também perspetivar um investimento de futuro que a carta educativa deve conter pelas previsões de desenvolvimento urbanístico na zona.

As notícias desta manifestação saltaram para as páginas dos jornais e das televisões e deram conhecimento desta situação de completo desprezo pelas instalações degradadas em que alunos, assistentes operacionais e professores do ensino público vivem.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Esta manifestação é apenas uma das muitas já realizadas por várias gerações de alunos desde há muitos anos. Os sucessivos ministérios dos governos do PS, PSD e CDS nunca deram uma resposta a esta situação.

A luta é o caminho para conseguir os objetivos das comunidades escolares, tal como demonstrado noutras situações, de que é exemplo a obra da Escola Básica Maria Rosa Colaço, exigida pela CDU, pais e professores, junto da Câmara Municipal de Almada há vários anos e que já neste mandato, foi objeto de tomadas de posição por parte desta Assembleia Municipal, através de moções apresentadas.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada expresse um voto de saudação à luta desenvolvida pelos estudantes da Escola Secundária António Gedeão, expressando igualmente toda a solidariedade institucional e disponibilidade para acompanhar no futuro as suas reivindicações por um ensino de qualidade, que exige uma escola em adequadas condições de funcionamento.”

6.6.11 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS), para apresentar uma Moção sobre “Construção de Quartel de Bombeiros na Charneca de Caparica”;

6.6.11.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Freguesia da Charneca da Caparica, agregada numa união com a freguesia da Sobreda, representa um considerável e elevado aglomerado populacional com inevitável tendência para um rápido crescimento, deixando ao poder político e a quem gere o território, um enorme desafio e uma enorme responsabilidade de pensar convenientemente o a freguesia, de forma a melhor servir as populações e aqueles que o visitam.

O respetivo território é caracterizado por espaços urbanos aglomerados e dispersos, e ainda por uma vasta área de mata e floresta, esta última, que acarreta do ponto de vista da manutenção, da preservação e da segurança, uma importância acrescida nomeadamente nas épocas de mais calor.

O mesmo tem ainda na sua geografia um conjunto significativo de aglomerados habitacionais identificados como áreas urbanas de génese ilegal, as denominadas AUGI's, que foram sendo erguidas ao longe de décadas e que se caracterizam pela ausência de ordenamento urbano, fora do âmbito de um verdadeiro ordenamento urbanístico onde prevaleça o interesse público geral.

Decorrente desse facto, o território é ainda acompanhando nessas áreas de génese ilegal, de caminhos sinuosos, de trilhos e estacionamento abusivo e desordenado tal como demais espaços perigosamente inadequados a uma pronta e dinâmica prestação de socorro e auxílio. Todos estes constrangimentos merecem uma atenção redobrada, a fim de se evitar que a prontidão seja insuficiente para dar resposta ao salvamento e à proteção das populações.

Ao espaço urbano, junta-se uma vasta área de floresta e de zonas verdes, muitas delas identificadas como património a preservar dada a fauna e a flora característica das zonas, área essa, que merece também uma atenção redobrada considerando o potencial risco de incêndio, ao qual a prontidão da atuação em caso de ocorrência deve ser a mais eficaz possível e com os meios de socorro devidamente adaptados ao teatro de operações em caso de necessidade. Acresce ainda uma quantidade considerável de animais domésticos que pelas características habitacionais tem vindo a aumentar e com uma tendência exponencial que merece também uma especial atenção.

Desta forma, no que respeita a essa prontidão e eficiência nos meios de socorro, seria de considerar a construção de um quartel de bombeiros que servisse a união de freguesias, situada em local devidamente a designar, que possa dar resposta imediata às populações e às características geográficas do território em apreço, considerando não só o vasto aglomerado populacional e habitacional, mas também a atratividade que a união de freguesias tem nomeadamente em época estival com todos os constrangimentos ao nível da segurança e do bem estar que desse facto podem resultar.

Um novo quartel de bombeiros seria mais um fator e uma ajuda imprescindível no processo de desenvolvimento e de fixação e de atração de pessoas para a freguesia, considerando não só a melhoria das condições dos profissionais da prestação de socorro quer em termos de eficiência quer em termos de eficácia, tal como



garantiria uma maior confiança por parte das populações, ajudando na organização e requalificação do espaço público local.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 26, 27 e 28 de abril de 2023 em sessão ordinária, na localidade do Monte de Caparica, tendo em conta os considerandos atrás mencionados, vem desta forma, defender a construção de um novo quartel de bombeiros na localidade da Charneca da Caparica, que vise o aumento da prontidão do socorro às populações ao mesmo tempo que garante melhores condições de operacionalidade aos bombeiros que necessitam operar no território envolvente.”

6.6.12 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS), para apresentar uma Moção sobre “Construção de Quartel da GNR no Monte de Caparica”

6.6.12.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dados oficiais do RASI (Relatório Anual de Segurança Interna), continuam a identificar o distrito de Setúbal como um dos distritos do país onde a criminalidade participada tem tendência crescente, ao qual o concelho de Almada está mesmo identificado como o concelho do distrito onde essa criminalidade é a mais registada, facto esse, que deve não só preocupar as entidades responsáveis, mas também, a urgência na implementação de medidas e de investimento adequado junto das forças de segurança que possam responder com mais meios e com melhores condições aquando da proteção de pessoas e bens no exercício das suas funções profissionais.

São já conhecidas as reivindicações dos profissionais sendo que a grande maioria, como se pode constatar recorrentemente em público por parte dos mesmos, ainda não tiveram uma solução adequada e à medida dos seus interesses, razão pela qual, a jornada de luta por melhores condições de trabalho são uma constante e com tendência para continuar.

Também no concelho de Almada, é recorrente PSP e GNR, que partilham a jurisdição no território, manifestarem-se acerca dos problemas que assolam os profissionais das forças de segurança e que permanecem no tempo, muitos deles já com décadas por resolver e que limitam a intervenção e o trabalho da PSP e da GNR.

São constantes as queixas relativas à necessidade de efetivos, da falta de equipamento nomeadamente de viaturas operacionais, tal como infraestruturas físicas e de apoio às forças policiais visivelmente degradadas e inoperacionais devido ao desgaste, mas, sobretudo, devido a ausência de manutenção e de uma gestão rigorosa e prioritária por parte da tutela que seja capaz de resolver os problemas que perduram sem soluções.

No caso da GNR, apesar de um reforço de efetivos na Charneca da Caparica, mesmo não sendo suficiente, bem longe disso, é de considerar; todavia, é a força de segurança que regista na sua área de jurisdição operacional as maiores ocorrências levando a que o concelho de Almada, esteja no topo da criminalidade participada no que se refere ao distrito de Setúbal e a um dos maiores no país.

A caracterização e identificação de zonas sensíveis na área da GNR no concelho, leva a que as medidas sejam insuficientes, com especial destaque para as condições totalmente desumanas e inadequadas, em primeiro lugar para os profissionais da guarda e também para as populações servidas pelo posto da GNR localizado na Trafaria, num edifício antigo, velho e degradado, com muitos problemas estruturais identificados, e que permanecem no esquecimento sem qualquer registo oficial da resolução do problema.

A este problema, junta-se a necessidade urgente da construção de um novo quartel na área do Monte da Caparica, fortemente reivindicada pelos comandantes do corpo da GNR, restantes militares e pelos sindicatos, onde a prestação de socorro e de auxílio às pessoas e seus bens, se possa efetivar com mais e melhores condições e com mais celeridade, ajudando a diminuir inclusive, o sentimento de insegurança ao mesmo tempo que aumenta os níveis de confiança por parte das populações, num território vasto e com várias valências e ofertas de emprego, de lazer, de cultura, paisagístico e natural, servidos de transportes, e com comércio e indústria no território.

Posto isto, considerando a necessidade da existência de um novo quartel da GNR há muito reivindicado pela força de segurança e pelas populações, que reforce a sua guarnição com melhores condições de trabalho e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

operacionalidade no território, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 26, 27 e 28 de abril de 2023, na localidade da Caparica, defende junto da tutela a construção urgente do novo quartel da GNR no Monte de Caparica.”

6.6.13 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS), para apresentar uma Moção sobre “Criação do Cemitério Municipal de Animais Domésticos”;

6.6.13.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Ao longo dos últimos anos muito se tem contribuído através de nova legislação e de consciencialização para a responsabilidade aos mais variados níveis, no que diz respeito aos deveres da sociedade para com os animais, nomeadamente para com os animais domésticos e de companhia.

O aprofundamento dessa responsabilidade deixa ao ser humano a tarefa de criar e de salvaguardar que os animais de companhia possam viver com dignidade, com condições adequadas às suas necessidades ao nível da saúde, da alimentação, dos cuidados de higiene e no carinho e afeto que qualquer animal doméstico e de companhia deve ter como garantido.

Quer o Estado quer as autarquias, têm tido um papel fundamental no que concerne ao bem-estar animal, manifestado através de políticas, medidas e regulamentos em benefício e direcionadas para os animais, atribuindo-lhes mais dignidade e qualidade de vida.

Os apoios manifestados em melhoramentos de canis municipais, no incentivo à adoção e famílias de acolhimento, nos cheques-veterinários, nos benefícios fiscais, na criação de equipas e voluntários direcionadas para os animais, no aumento das esterilizações, no controlo de matilhas e demais benefícios que vão ao encontro de uma nova forma de olhar para os animais domésticos e de companhia, fazem parte de muitos investimentos quer ao nível dos municípios quer do Estado central, e que muito têm contribuído para melhorar a relação que a sociedade tem para com os animais, não esquecendo a importância das inúmeras associações que trabalham todos os dias no terreno.

Tal como na vicissitude da vida humana, a morte de um animal doméstico é muitas das vezes, encarada com enorme sofrimento e desolação, tendo em consideração a afeição que os animais de companhia criam junto dos seus donos e das suas famílias.

Desta feita, a dignidade do animal doméstico de companhia deve ir muito mais além da sua relação em vida com os seus donos e com a comunidade. Devem assim, serem pensados mecanismos muito mais que o simples depósito dos animais unicamente para incineração, a fim do cumprimento das regras de saúde pública.

Em alternativa ao método convencional quando os animais chegam ao fim de vida, já se contam em Portugal, alguns cemitérios para animais domésticos criados com a finalidade do sepultamento e prestação de homenagem e culto por parte dos seus donos, o que caracteriza bem a relação de afinidade e de respeito da comunidade quer pela vida quer pela morte animal.

A criação do cemitério para animais domésticos e de companhia é uma solução a encontrar para quem pretenda prestar o respetivo culto mediante taxa municipal devida a aplicar, onde os seus donos depositam o seu animal para sua inumação, na sua última morada.

Tendo em conta os considerandos atrás mencionados, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 26, 27 e 28 de abril de 2023 em sessão ordinária, na localidade da Caparica, delibera recomendar à câmara municipal a criação do cemitério municipal para animais domésticos de companhia fortalecendo a dignidade dos animais desde o início da sua vida até à sua morte. “

6.6.14 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS), para apresentar uma Recomendação sobre “Criação de Contrato Local de Segurança em Almada”;



6.6.14.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No intuito de fazer face ao crescimento da criminalidade no concelho, tal como comprova o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), onde coloca Almada como o pior concelho do Distrito de Setúbal com mais crimes participados, é de elementar urgência que sejam desenvolvidos todos os esforços com o objetivo de criar mais segurança e mais tranquilidade no concelho, oferecendo mais qualidade de vida às populações e a todos aqueles que visitam e pretendam instalar os seus negócios ajudando a criar riqueza e postos de trabalho.

O usufruto do espaço público em liberdade é um direito que o Estado deve de garantir aos cidadãos, protegendo a sua integridade física, os seus bens, ao mesmo tempo que garante também a proteção e preservação do espaço natural, paisagístico e histórico-cultural, muitas das vezes também vandalizado e destruído.

O grau de vivência e convivência do espaço público pelos cidadãos em determinado local, concelho ou distrito, é bem sintomático das políticas ou da falta das mesmas, no que diz respeito às medidas implementadas para que esse usufruto seja efetuado em segurança e com comodidade, a fim de se tornar um espaço atrativo e convidativo para a vida em comunidade.

Não obstante a urgência de atender às inúmeras reivindicações e anseios por parte das forças policiais, nomeadamente, PSP e GNR, não obstante a necessidade de medidas e políticas governamentais aplicadas não só à segurança e proteção, mas também à inclusão, à exclusão social, aos fatores de risco e discriminatórios, políticas de emprego, acesso à saúde, ao direito à habitação condigna, entre muitas outras, é de crucial importância que todos os instrumentos ao abrigo da lei em vigor que possam ajudar a estancar o aumento da criminalidade e da delinquência, deverão ter carácter de prioridade os denominados contratos locais de segurança.

Apela-se assim, àquelas efetivas responsabilidades de que devem ser partilhadas, não devendo as autarquias escusar-se ao seu imprescindível papel na área da segurança, dentro das suas competências e atribuições, partindo do princípio o seu conhecimento mais aprofundado dos problemas locais e da proximidade com as populações.

Através deste pressuposto, foram criados os Contratos Locais de Segurança (CLS), já com um vasto conjunto de municípios no país que aderiram a este instrumento saudado pelas populações e pelas forças de segurança, com o objetivo não só no que diz respeito à proteção e segurança, mas também ao combate às vulnerabilidades sociais fomentando a integração.

Na sua génese e definição oficial, os Contratos Locais de Segurança são instrumentos privilegiados para colocar em prática a cooperação institucional entre a administração central e as autarquias locais em interação com a comunidade, com vista à redução de dessas vulnerabilidades sociais, à prevenção da delinquência juvenil e à eliminação dos fatores criminógenos que contribuem para as taxas de criminalidade identificadas nas áreas de intervenção. Nesta medida, também a diversidade da resposta depende do entendimento entre a administração central e as autarquias locais.

Nesse sentido, o Estado projetou diferentes tipologias de contratos, privilegiando quer o incremento da segurança a nível municipal, quer uma intervenção mais localizada e focalizada na prevenção da delinquência juvenil e na proteção do espaço público ao nível de áreas urbanas de risco social, quer ainda situações atípicas e delimitadas em termos espaço-temporais.

Os Contratos Locais de Segurança, quando implementados têm, entre outros objetivos:

- Contribuir para a segurança comunitária ajudando a baixar os níveis de sentimento de insegurança, dando mais confiança às populações e a quem pretende investir e usufruir do espaço público
- Contribuir para a redução das atividades criminosas e comportamentos anti sociais
- Partilha de responsabilidades com os parceiros locais



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

- Prevenção da delinquência juvenil
- Eliminação de fatores criminógenos Ex: Identificação e intervenção nos fatores urbanísticos que potenciam a atividade criminosa – devolução do espaço público à comunidade
- Reforço da visibilidade policial Ex: Integração dos diversos programas de policiamento de proximidade no plano de intervenção
- Redução de vulnerabilidades sociais Ex: Identificação e intervenção junto dos grupos sociais tradicionalmente alvo de violência – idosos, vítimas de violência doméstica, coação, extorsão, etc.
- Envolvimento de vários departamentos governamentais Integração de políticas públicas no contexto local
- Diferentes tipologias de CLS Modelos adaptados às especificidades da área de intervenção
- Responsabilidade partilhada pelos três níveis de intervenção: político, de coordenação e operacional

A dinâmica dos Contratos Locais de Segurança, têm como metodologia e elaboração do diagnóstico local de segurança, seguida da elaboração do plano de ação que precede a implementação de medidas concretas, concluindo com a monitorização e avaliação no terreno das medidas implementadas dando oportunidade à conjugação de esforços e contributos de vários parceiros locais e institucionais, aperfeiçoando as suas competências de cada área num objetivo comum.

Uma vez que Almada não possui um Contrato Local de Segurança (CLS), e provado que está ser um instrumento de valor acrescentado junto das populações, sugeridos e incentivados pelas forças de segurança, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 26, 27 e 28 de abril de 2023, na localidade do Monte de Caparica, recomenda à Câmara Municipal de Almada que possa encetar todos os esforços a fim de ser firmado com brevidade no concelho, um Contrato Local de Segurança (CLS), pelos motivos em cima expostos. “

6.6.15 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS), para apresentar uma Moção sobre “Construção, Organização e Desenho do Espaço Público em Consideração à Segurança e à Proteção dos Cidadãos”;

6.6.15.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O desenho e o planeamento das cidades modernas devem ir ao encontro da verdadeira harmonia do espaço público e do seu usufruto pelos cidadãos, nomeadamente através construção e da organização do equipamento e infraestruturas, que potenciem uma adequada mobilidade, como deve garantir a segurança e proteção, gerando confiança e atratividade quer ao nível da fixação de pessoas quer ao nível do investimento e aposta em novos nichos.

A comunidade só sentirá confiança e segura se os espaços envolventes forem adequados às suas necessidades e se proporcionarem uma convivência social livre e sem anseios e preocupações.

Compete ao poder decisório, onde se inclui as autarquias, concretizar planos arrojados e direcionados para um espaço público seguro, capaz de limitar e estancar potenciais perigos decorrentes de uma má gestão ou de um planeamento e desenho das cidades deficitário e antagónico às verdadeiras necessidades e prioridades das populações.

Desta feita, os PDM's, os planos pormenores, entre outros projetos desenhados e pensados para a construção e edificação no espaço público, devem ser elaborados, entre os aspetos, tendo em consideração a segurança e a proteção das pessoas e dos seus bens, enquanto preserva o património natural e paisagístico e cultural de cada concelho.

O desenho do espaço público deve acautelar e impedir que se formem barreiras físicas que influenciem e condicionem negativamente a vivência em segurança e em comodidade, considerando as pessoas com mobilidade condicionada e reduzida, as pessoas com deficiência, os mais idosos, as grávidas e os invisuais.



7/1

Piso adaptado e em segurança, corrimões de escada, passeios rebaixados, passadeiras devidamente identificadas, rampas de acesso, corredores exclusivos e em segurança, sinalética de trânsito conveniente, remoção de obstáculos e entulho na via pública, estacionamento organizado e disciplinado, são algumas entre muitas outras preocupações a ter em consideração aquando do planeamento do território.

A estas barreiras incongruentes com a boa harmonia do espaço público, junta-se a preocupação e a prioridade da criação do desenho e da construção do edificado e do equipamento e mobiliário urbano, centrado também na segurança de pessoas e bens no que respeita aos índices de criminalidade, contribuindo como fator dissuasor e preventivo.

A criação de becos e de recantos desapropriados, falta de iluminação ou iluminação insuficiente e desadequada, a falta de limpeza e de manutenção dos espaços públicos, os grafitis ilegais, os trilhos e caminhos desadequados e inusitados, a ausência de sinalização e informação adequada, jardins e parques infantis e espaços de lazer e diversão devidamente adaptadas às necessidades, são entre outras preocupações com a segurança dos cidadãos, que devem estar presentes e devidamente equacionadas no planeamento, no desenho e na construção do espaço público, ao mesmo tempo que é essencial à posteriori, a fiscalização e a aplicação das normas para o cumprimento do dever de boas práticas de convivência em comunidade.

Qualquer cidade que se identifique como moderna e aprazível para viver, convidativa e competitiva, deve abster-se de ter na sua organização estrutural e edificado, quaisquer obstáculos ou equipamentos que impeçam ou dificultem a passagem e manobras de bombeiros, INEM, Proteção Civil, de polícia e demais meios de intervenção de socorro e de proteção das suas populações.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 26, 27 e 28 de abril de 2023, na localidade da Caparica, delibera recomendar junto da câmara municipal que planeie, organize, desenhe e construa o espaço público, em conformidade com as normas e boa convivência comunitária nomeadamente no que diz respeito à segurança e proteção dos cidadãos, dos seus bens e do património natural e histórico, e que cumpra e faça cumprir as leis e os regulamentos em conformidade.”

6.6.16 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS), para apresentar uma Moção sobre “Dia Nacional dos Ex-Combatentes Almadenses”.

6.6.16.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Considerando a comemoração anual do dia do antigo combatente no dia 9 do presente mês, nunca é demais relembrar a sentida homenagem que antigos combatentes e suas famílias têm como merecido, fruto do enorme sacrifício e da prestação ao serviço do país nas missões ao qual lhes foi entregue a responsabilidade de ajudar a garantir da defesa da liberdade.

É por demais conhecida a entrega dos bravos soldados portugueses (destaca-se o feito de Aníbal Milhais, mais conhecido como soldado Milhões) tal como a responsabilidade que cada homem carregava aos seus ombros contra o invasor, contra a barbárie e contra a intolerância. Apesar de toda a entrega e esforço despendido pelos militares portugueses que combateram ao lado dos aliados, o resultado da famigerada batalha de La Lys na Bélgica, foi desastrosa, ceifando a vida a milhares de jovens lusos, deixando outros feridos e com mazelas para o resto das suas vidas, ao qual se acrescentam os desaparecidos, prisioneiros e, óbvia e lamentavelmente, famílias completamente destroçadas.

A todos eles é mais que reconhecida e meritória a sentida homenagem tal como é de crucial importância e prioridade que o Estado cumpra com o seu papel perante os antigos combatentes e reconheça o papel que as forças armadas tiveram, têm e terão de futuro para o país, na solidificação e garante da democracia representativa e na defesa dos direitos, liberdades e garantias consagradas na constituição e da carta dos direitos humanos.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Com mais de um século de distância, as guerras, para além do lastro de destruição e de tristeza que projetam na história e na humanidade, servem ao mesmo tempo para corrigir o passado, gerir o presente e preparar o futuro, no sentido em que se deve obter a aprendizagem dos erros cometidos e a não cometer.

Assim, é dever do Estado português não só homenagear de forma sentida todos os anos os antigos combatentes, mas também, dar condições para que aqueles que servem o país nas forças armadas quer as suas famílias quer os descendentes que sofrem e que sofreram ao longo dos anos os anseios e as amarguras de uma profissão de alto risco, se sintam apoiados nas dificuldades sociais e económicas garantindo que o seu empenho não é nem será em vão.

Neste sentido, o merecido e honroso reconhecimento estende-se também a todos os combatentes almadenses e às suas famílias, ao qual o município deve prestar uma verdadeira homenagem dignificando e recordando aqueles que tombaram e deram as suas vidas ao serviço do país e que deverá perdurar no tempo e na memória do concelho.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 26, 27 e 28 de abril de 2023, na localidade do Monte de Caparica, presta a mais sentida homenagem e reconhecimento aos ex-combatentes e às suas famílias, ao mesmo tempo que reforça a intenção da criação de um memorial no concelho em local a designar, que recorde o esforço e abnegação ao serviço da nação pelos ex-combatentes aqui justamente homenageados.”

6.7 – No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José António Rocha (BE), João Eduardo Galdes (CDU), Margarida Ramires Paulos (PAN), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Beatriz Leal Ferreira (PSD), António Pedro Maco (CDS-PP), Luis Filipe Palma (CDU), Ivan Costa Gonçalves (PS), a Senhora Vereadora Francisca Parreira e ainda a Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira.

6.7.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Justificar aqui o nosso sentido de voto sobre os documentos apresentados.

Sobre a Saudação ao Governo, pela realização da iniciativa Governo + Próximo no Distrito de Setúbal, do Partido Socialista, vamos começar por referir que um dos parágrafos deste documento diz, e passo a citar: “com particular interesse por Almada, foi anunciado o investimento nos territórios das outrora pujantes Lisnave, Siderurgia Nacional e Companhia União Fabril, com esta decisão, os 57 hectares do território do Concelho de Almada, 217 no Seixal e 202 no Barreiro, serão finalmente valorizados de acordo com as necessidades do nosso Concelho”.

Vejam bem, o que o Partido Socialista nos diz, é que se congratula com o facto de as importantes indústrias, outrora nestes territórios fontes de produção de riqueza e criação de emprego para milhares de homens e mulheres, serem substituídos por grandes projetos de investimentos imobiliários, direcionados por uma grande especulação imobiliária, não contribuiu em nada para a dignificação da vida das pessoas.

Senhoras e Senhores Deputados do Partido Socialista, o autoelogio não vos fica bem, não fica bem a um Governo que teima em não ver a realidade e que ignora sistematicamente os apelos dos diversos setores da sociedade relativamente aos seus direitos e às suas lutas.

O que ouvimos foram promessas e mais promessas, anúncios e mais anúncios, e o que os almadenses querem, o que os habitantes do Distrito de Setúbal querem, não são promessas, mas sim, mudanças concretas nas suas vidas e no lugar onde habitam.

A nossa bancada irá votar contra este documento.

A saudação ao 50º aniversário do Partido Socialista – um Futuro com História, queremos saudar o Partido Socialista pelo seu 50º aniversário, reconhecemos a sua importância para a construção de Portugal democrático,



e sobretudo na luta conjunta que tem com o Bloco de Esquerda, contra o obscurantismo da Extrema Direita e dos seus ataques diários à Constituição de Abril.

No entanto, não podemos deixar de mencionar que o Partido Socialista que hoje comemora esta data, é o mesmo Partido Socialista que tanto medidas necessárias deixa esquecidas na gaveta do Ministério das Finanças. É o mesmo Partido Socialista, que mantém os baixos salários que não chegam para viver e que permite novas formas de precaridade e exclusão.

É o mesmo Partido Socialista, que alimenta a especulação imobiliária em casas com preços que os salários não conseguem pagar e que permite que se mantenham as dificuldades de acesso aos transportes e à mobilidade.

É o mesmo Partido Socialista, que com os seus recursos democráticos contribui para a degradação do Serviço Nacional de Saúde, e que permite os atropelos que tiram o acesso à saúde aos que mais precisam.

É o mesmo Partido Socialista, que ao ignorar as justas reivindicações dos professores e professoras por salários justos e para a devolução daquilo a que têm direito, contribui para a redução do número de docentes e consequente desgaste de um setor tão importante como é o da educação.

Consideramos, portanto, o conteúdo deste documento um exercício de mera retórica propagandista e autoelogio, e que evidência uma enorme falta de humildade democrática, ignorando o importante papel de outros partidos na defesa dos valores de Abril e no seu contributo para a consolidação da democracia em Portugal.

Mais haveria para dizer, mas o tempo é curto e o que aqui foi dito justifica a abstenção da bancada do Bloco de Esquerda.

Também do Partido Socialista, saudação a todos os trabalhadores por ocasião do 1º de Maio, e pela construção de um futuro e de um trabalho digno para todos, iremos votar favoravelmente, mas lembrando, que este mesmo partido que saúda os trabalhadores por ocasião do 1º de Maio, é ele próprio, um dos grandes responsáveis pelo o abandono aos trabalhadores e às reivindicações laborais que já deviam ter sido aceites e implementadas há décadas.

Nos restantes documentos do PS votaremos a favor.

Votaremos favoravelmente a recomendação apresentada pelo PAN, também o voto a favor dos documentos apresentados pela CDU, deixando apenas uma breve nota sobre a saudação à luta dos estudantes da Escola Secundária António Gedeão.

Como já o fizemos em Assembleia Municipais anteriores, associamo-nos a este voto e renovamos o vosso apelo a esta Câmara Municipal, para que de uma vez por todas os galinheiros desapareçam e sobretudo para que os estudantes desta escola possam estudar em condições de dignidade.

Nos documentos apresentados pelo CDS-PP, votaremos favoravelmente a moção sobre a construção do Quartel da GNR no Monte de Caparica e a saudação ao Dia Nacional dos Ex-Combatentes Almadenses.

Nos restantes iremos abstermo-nos.”

6.7.2 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU).

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Também para dar nota sobre a posição que a CDU irá adotar relativamente a alguns dos documentos. Aqueles que não referirmos serão votados favoravelmente.

Relativamente à saudação ao Governo pela realização da iniciativa Governo + Próximo no Distrito de Setúbal.

O que este texto do PS nos vem dizer, é que o Governo da República, numa operação de marketing e propaganda marcadamente pré-eleitoral, veio em peso ao Distrito de Setúbal anunciar aquilo que está anunciado há décadas. O anuncio do investimento nos territórios da antiga Lisnave e a Siderurgia Nacional e da Quimiparque,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

apresentado como se de uma absoluta novidade da iniciativa do PS e do seu Governo, então é de bradar aos céus, quanto a deslante e falta de vergonha. Um desatino absoluto.

O Governo não trouxe absolutamente nada de novo na sua operação de propaganda, a não ser as promessas do costume, repetidas até à exaustão em sucessivas campanhas eleitorais, sem que até hoje se vislumbresse um pouco de concreto apenas daquilo que é anunciado. Este texto também não nos traz nada de novo como é óbvio.

Neste quadro, e considerando a verdadeira campanha de mistificação e propaganda e falsidade, que o texto representa, a CDU irá votar contra a proposta do PS.

Relativamente a um outro texto ainda do Partido Socialista, a saudação a todos os trabalhadores pela ocasião do 1º de Maio, a CDU solicita que este texto seja votado em separado. Os considerandos separados da parte deliberativa como tem sido aliás, recorrente nesta Assembleia Municipal.

Relativamente ao texto apresentado pelo CDS-PP, sobre a construção do novo Quartel da GNR no Monte de Caparica, esta é uma velha e eu diria velhíssima reivindicação e aspiração das populações da Caparica, a que o poder autárquico deu uma expressão muito concreta e muito objetiva, pelo menos até 2017, mas à qual o Poder Central em Lisboa, que detém toda a capacidade de decisão e toda a responsabilidade de decisão nesta matéria, nunca acompanhou.

É uma justa reivindicação e aspiração das populações e a CDU irá naturalmente, acompanhar o texto proposto pelo CDS-PP.

Relativamente a um outro texto que o CDS-PP aqui nos traz sobre a criação de um cemitério para animais de companhia, a CDU gostaria de suscitar a descida desta proposta à Comissão e explicamos a razão desta proposta, tem a ver com o facto da Lei não permitir a inumação de animais de companhia. Os animais de companhia têm de ser incinerados e, portanto, ou estamos a falar de um cemitério apenas para cinzas de animais ou se estamos a falar de outra coisa temos de ponderar melhor.

Portanto, a proposta que fazemos é que esta proposta desça à Comissão respetiva.

Finalmente relativamente à recomendação da criação de um contrato local de segurança em Almada, a CDU entende que as questões centrais de segurança das populações e os fatores essenciais concorrem para a degradação dos níveis de segurança coletiva e consequentemente para o aumento do sentimento de insegurança, são das desigualdades sociais, a promoção da inclusão, o desenvolvimento de políticas de emprego, de acesso à saúde, de acesso a uma habitação condigna para todos.

Todas estas responsabilidades devem ser plenamente assumidas por parte do Estado.

A criação deste contrato local que o CDS-PP propõe, é apenas mais um paliativo para o problema. Pensamos que ao contrário do que é dito, não contribuirá significativamente para resolver os problemas na sua raiz, na sua génese e na sua essência, mas poderá em contraponto, contribuir para mascarar um problema grave com que a sociedade atual se confronta.

A CDU reafirma que a questão de segurança coletiva, passa essencialmente, pela determinada redução das gritantes assimetrias sociais e económicas, que caracterizam a vida atual das populações e não por medidas que podem ostentar roupagens muito exuberantes, mas que não representam soluções efetivas e eficazes para problemas, pelo que iremos nos abster nesta votação."

6.7.3 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente aos documentos apresentados, o PAN irá votar na sua maioria deixando aqui apenas algumas notas.



Associamo-nos naturalmente às saudações ao 1º de Maio, num período em que a contestação social e laboral se faz sentir mais uma vez nas ruas, com exigências de melhores condições de trabalho e salários dignos.

Consideramos igualmente positivas as propostas relativamente aos Bombeiros e ao reforço da segurança e das condições de trabalho destas entidades.

Quanto à proposta do CDS-PP, que já aceitou a descida à Comissão, no entanto, deixo aqui apenas uma nota. Propõe a criação de um cemitério municipal para animais domésticos, compreendemos a proposta, uma vez que para muitas pessoas os animais são hoje parte da família e na sua partida querem que sejam tratados com dignidade, não nos revemos de todo na forma como a DGV encara a morte dos animais de companhia, propondo que sejam tratados como um subproduto animal, mas isso é outra discussão que não é para ser tida aqui. Saliento apenas que na área animal está muito por fazer, para não dizer quase tudo, e é em vida que os animais precisam de proteção e de ver os seus direitos salvaguardados.”

6.7.4 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho dar alguns sentidos de voto do CHEGA relativamente às moções apresentadas.

Queremos aproveitar o momento para nos associarmos à saudação de Mafalda Lopes da Associação de Surf da Costa da Caparica, um agradecimento sentido a esta jovem atleta e ao seu Clube todo o esforço e dedicação.

Relativamente à proposta do PAN, do treino animal, apesar de concordarmos com a iniciativa, julgamos que só poderemos concordar com a mesma se a implementação for encontrada através da parceria com um privado, de forma a não onerar o Estado. Sempre com o apoio da Câmara Municipal neste sentido, pelo que iremos nos abster nesta proposta.

O CHEGA vai votar a favor de todas as moções relativas ao 1º de Maio, porque defende e defenderá sempre os direitos dos trabalhadores, quer os homens e mulheres de bem, que suportam o custo e despesismo deste Estado.

No entanto, ao lermos as saudações, temos de questionar onde estava o Bloco de Esquerda e a CDU, durante o período da Geringonça porque não corrigiram a situação e só agora, quando lhes convém se voltaram a lembrar dos trabalhadores.

Relativamente ao PS, é pura hipocrisia num dos países onde o frete do trabalho é o mais taxado, onde um trabalhador menos dinheiro leva para casa, onde quase 50% do fruto de trabalho é retirado a quem trabalha, pelo Partido que mais anos esteve no poder nos últimos 50, e consideram-se um partido que defende os trabalhadores. Isso só pode ser anedota. Vê-se o respeito que os professores estão a ter enquanto trabalhadores, vemos os alunos sem aulas, mas o PS prefere discutir as casas de banho das escolas.

Relativamente à saudação dos alunos, da Escola Secundária António Gedeão, vamos claramente votar a favor da saudação, em 34 anos onde o PS esteve mais de 20 no poder, ainda não conseguiram encontrar uma solução, mas também questiono a CDU por não ter pegado no assunto quando fizeram parte da Geringonça.

Iremos votar a favor da proposta da GNR na Caparica, iremos votar contra a moção Regionalizar, o CHEGA é contra a regionalização, porque somos de opinião ir criar cargos e mais regiões administrativas que só iriam servir para aumentar a burocracia já em si demasiado elevada. O CHEGA defende um modelo que reforce a autonomia do Poder Local Municipal, e o Municipalismo como forma de nos aproximar a população, não necessitamos de mais estruturas administrativas para onerar ainda mais o contribuinte.”

6.7.5 – A Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Por economia de tempo, irei destacar apenas alguns dos documentos sobre os quais queremos tecer algumas considerações.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Sobre a recomendação trazida pelo Chega, pela criação do regulamento de benefícios sociais aos bombeiros de Almada, apesar de estarmos solidários com os bombeiros almadenses e portugueses e de reconhecermos o seu papel fundamental, não concordamos que seja feito um regulamento específico de benefício. A existir algumas medidas de apoio, com as quais concordamos, mas achamos que podem ser incluídas no Regulamento de Benefícios Fiscais que a Câmara Municipal está a criar, que ainda está em discussão e elaboração. Criar mais um regulamento tão específico consideramos que acaba por ser redundante e isso é contrário à estrutura legal ágil que deve ter um município, pelo que votaremos contra.

Relativamente à saudação pela iniciativa “Governo + Próximo” no distrito de Setúbal, o PSD esteve muito atento às diversas promessas feitas pelo governo. E não é com espanto que ouvimos mais uma vez as promessas feitas, que veio no fundo replicar o que já tinha anunciado em 2009, como por exemplo a requalificação do Arco Ribeirinho Sul. Aliás, relembro que o primeiro-ministro garantiu em novembro de 2016 o seu empenho político para concretizar esses mesmos projetos, que na altura iriam contar com um investimento superior a 1,7 mil milhões de euros. Ainda estamos à espera.

Relembramos também que em 2009 tínhamos em cima da mesa o aeroporto, o TGV, o Arco Ribeirinho Sul, a Terceira Travessia do Tejo, a extensão do Metro Sul do Tejo, era também o Hospital do Seixal, a ponte rodoviária entre o Barreiro e o Seixal, entre tantas outras, mas vou ficar por aqui para não perder o folgo com tantas promessas feitas ao distrito de Setúbal. O problema desta iniciativa e, consequentemente desta saudação, é que 14 anos depois o governo socialista anuncia praticamente as mesmas medidas que anunciaram em 2009, agora, diga-se, com mais meios multimédia. Isso melhorou! Agora queremos é concretização. Já que o compromisso está assumido, o que têm de se fazer é orçamentar, lançar os concursos e avançar com a obras públicas, porque para promessas, honestamente, os almadenses já estão em modo São Tomé: “ver para crer”.

O Governo nada apresentou relativamente aos meios de transporte, como o transporte ferroviário ou o fluvial, que são necessidades fundamentais para fazer crescer o nosso distrito. Ainda, não deram garantias relativamente ao reforço do atual quadro comunitário, nomeadamente o Portugal 2030, aplicável à Península de Setúbal e, consequentemente, ao concelho de Almada.

É óbvio que chegámos a um ponto em que não acreditamos em tantas promessas incumpridas, votaremos contra o documento sobre o chamado “Governo mais próximo”. Não compreendemos de que utopia estão mais próximos, mas dos almadenses não é de certeza.

E sobre a saudação aos 50^{os} anos do Partido Socialista, votaremos a favor porque queremos naturalmente saudar um partido político fundador da democracia, mas relativamente aos considerandos não nos revemos de todo. Em grande parte, pelos mesmos motivos que nos levarão a votar contra o documento sobre o Conselho de Ministros em Almada: falam com um otimismo quase patológico de um país que não existe na vida dos portugueses. E aproveito para informar a mesa de que o PSD apresentará posteriormente uma declaração de voto escrita, sobre este documento número 3.

Votaremos a favor da moção do PAN sobre o treino de cães no Parque da Paz, até porque permite mais dinamização de um espaço que tanto tem servido os almadenses e que foi criado por iniciativa da vereação do PSD.

Relativamente à moção do Bloco de Esquerda sobre a regionalização, tenho a dizer que todos os autarcas, tal como todos os cidadãos de uma forma geral, sofrem na pele com o sentimento de impotência na tomada de algumas decisões pelo governo central.

No entanto, isto deve-se sobretudo ao facto de o poder local, que existe e está consagrado na constituição, não ser tido em conta e não ser ouvido. Isto é uma decisão política e não administrativa, não advém do organograma e do fluxograma da organização do Estado, mas sim de uma intenção de ignorar deliberadamente as autarquias quando convém ao Governo.

Para revertermos esta forma de fazer política, não é preciso iniciar o processo de regionalização, basta que os Governos nos respeitem enquanto eleitos e respeitem as populações que nos elegeram. Ajudava bastante que, por exemplo, transferissem as verbas adequadas para concretizar na plenitude a transferência de competências



e que não transformassem as Câmaras Municipais em gestores de condomínio de centros de saúde e de escolas. Por não ser necessária uma regionalização para cumprir os objetivos que o Bloco de Esquerda discrimina nos considerandos, o PSD votará contra.

Sobre a moção do CDS, que apela à construção de Quartel de Bombeiros na Charneca de Caparica, o PSD relembra que são os próprios bombeiros a dizer que, hoje em dia, não se justifica a construção de um quartel na Charneca de Caparica. Isto já foi dito inclusive em sede de comissão permanente, em audições com os bombeiros. Existem neste momento três corporações no concelho e, sobretudo, com a futura implementação da Central Municipal ainda se justificará menos, porque permite gerir todos os meios disponíveis e aloca-los para onde são mais necessários. Reconhecemos a preocupação do CDS-PP, mas os bombeiros saberão melhor do seu trabalho e da sua forma de organização. Pelo que nos vamos abster.

Por último, e sobre a moção do CDS sobre a construção, organização e desenho do espaço público. Confesso que ficámos com algumas dúvidas sobre o alcance da moção, sobretudo tendo em conta o objetivo. O objetivo é o de cumprir os regulamentos sobre a ocupação do espaço público, que a Câmara Municipal de Almada já vem a implementar. E eu acho que é visível por todos que sempre que existe a possibilidade de fazer recuar muros para criar passeios ou fazer alterações mais profundas em espaços públicos mais antigos, estas obras já são feitas e, devo dizer, que isto já acontece há muitos anos, não é só deste mandato nem do anterior.

Os municípios já têm as ferramentas para ir adaptando o espaço público já construído de forma progressiva e irem respondendo às novas expectativas dos cidadãos, como por exemplo os cuidados com a mobilidade reduzida. Existem até exigências de construção e adaptação de edifícios tanto para o público como para o privado.

Pedimos, por isso, ao CDS-PP que explique melhor o seu objetivo ou até se poder, que exemplifique com algum caso concreto, se o tiver, para ficarmos a perceber melhor o alcance da moção. Seria o ideal."

6.7.6 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CDS-PP pode responder aqui à interpelação que foi feita pelo PSD nas suas dúvidas, que são justas, como é óbvio.

Estamos a falar da requalificação do espaço público aliás, eu penso que a Senhora Deputada Municipal não esteve presente, mas, com certeza penso que esteve alguém do seu partido, numa das reuniões que foi feita com os Bombeiros Voluntários de Almada, e eu penso que é aí, mas como não esteve eu passo também a informar. Mas, com certeza o seu colega de partido podia lhe ter dado a informação relativamente aquelas que são as queixas dos Bombeiros, nomeadamente, os passeios mal colocados, nomeadamente o trânsito e o estacionamento mal organizado, onde as forças que prestam socorro têm muitas dificuldades em aceder a esses locais em emergência e também estamos a falar por exemplo, do espaço público, aliás, ai lembro-me sim, que a Senhora Deputada esteve na reunião com a PSP, na qual foi falado e eu penso que aqueles que estiveram presentes também se lembram, do desenho do espaço público, estamos a falar da falta de iluminação, estamos a falar de quando se organizam as cidades terem atenção para não se criar becos, para não se criarem locais isolados e, portanto, Senhora Deputada, é exatamente isto que o CDS vem aqui apresentar com esta moção, esperando que tenha ficado esclarecida, agradeço também a questão colocada.

Depois, passando aqui às moções apresentadas.

O CDS-PP vai votar favoravelmente a moção do PAN, sobre sessão de treinos gratuita para cães no Parque da Paz.

Relativamente à moção do CHEGA, o CDS vai votar também favoravelmente, pensamos que também é uma boa medida, e algumas reivindicações também que são há muito tempo propostas por estas Corporações. Aliás, ouvimos também estes apelos nas reuniões que tivemos com as Corporações de Bombeiros do Concelho.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Relativamente à saudação a Mafalda Lopes, o CDS-PP vai votar a favor relembrando que há muito tempo está prometido o Centro de Alto Rendimento do surf na Costa da Caparica. E, por vezes, às vezes, podemos perder estas oportunidades, vão para outros, para Peniche, vão para outros locais, onde não existe investimento mais uma vez no nosso Concelho, na Costa da Caparica que é uma pena.

Relativamente à moção saudação pela iniciativa do Governo, eu compreendo, compreendo também o incomodo que o Governo está a passar ultimamente, eu acho que os Marqueteiros do PS e os Pingdoctors, tiveram aqui bastante trabalho, isto já foi dito, onde é que nós já ouvimos estas promessas? O Metro à Costa da Caparica, na campanha eleitoral da Senhora Presidente da Câmara Municipal, quando esteve cá o Senhor Primeiro Ministro António Costa, a Estação Fluvial também prometida pelo anterior Ministro Pedro Matos Santos, que nunca saiu do papel, a Terceira Travessia, e muitas outras promessas que foram feitas pelo Governo do Partido Socialista e, portanto, nós entendemos que é pura propaganda, o Governo sabemos que não está a ultrapassar a melhor fase, e, portanto, tinham que fazer qualquer coisa. Faz Parte.

Ainda relativamente ao aniversário do Partido Socialista. Como é evidente, o CDS-PP saúda o Partido Socialista e reconhece a contribuição do Partido Socialista para a democracia, para a implementação da democracia em Portugal, mas são feitas aqui algumas considerações, eu relembro que o Governo Partido Socialista foi responsável por 3 bancas rotas, é responsável pela crise que estamos a passar, os escândalos do governo, e outras situações que deviam envergonhar os 50 anos do Partido Socialista.

Relativamente à moção do Bloco de Esquerda sobre regionalizar, lamentamos, mas não vamos acompanhar.”

6.7.7 – A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria apenas clarificar um parágrafo desta moção relativamente à Escola Secundária António Gedeão.

Diz o terceiro paragrafo da moção: “esta degradação é do conhecimento da Câmara Municipal”, eu diria como era da anterior, “e o Município assumiu a gestão”, é verdade assumiu a gestão dos equipamentos, não assumiu obras estruturais nos equipamentos, e, portanto, como dizem e bem, nesta matéria, nada mudou relativamente ao anterior. Apenas mudou, porque como também dizem no terceiro parágrafo e até o Senhor Deputado Municipal Luis Palma o afirmou, a Escola Secundária António Gedeão foi indicada e assumida pelo Governo como a primeira prioridade, não pelo Município. O que mudou aqui de facto, foi um bocadinho a atitude do Município que perante esta situação e uma situação que é difícil e complicada e que urge resolver, tentou encurtar caminhos. E aquilo que fez, não sendo da sua responsabilidade, volto a referir, como não era do executivo anterior, a construção ou a requalificação da Escola, aquilo que fez foi solicitar ao Ministério da Educação que lhe pudesse fornecer um pavilhão homologado com todas as características de Pavilhão do Ensino Secundário, entrega-lo ao departamento das obras, para fazer o ajuste ao terreno e encurtando o caminho para a resolução de um problema, porque tem sido sempre esta a nossa atitude. Também o fizemos com a Carlos Gargaté. Era preciso, era urgente, fizemo-lo. E aqui também o fizemos.

E, portanto, aquilo que eu disse hoje aqui, vou repeti-lo e vou reafirmar, estamos no caminho para resolver o problema, não precisamos nem que esteja a moção a pedir, nem nada disso, ele já está iniciado, ele vai a caminho, e, portanto, não é decorrente de luta nenhuma, acho muito bem a luta, os estudantes devem lutar, eu também lutei muito quando tinha a idade deles, mas quero apenas clarificar, que não é decorrente da luta nem desta moção, que isto fique claro, que o caminho foi percorrido, já foi encurtado, e que esperamos que a bem dos estudantes e dos professores, possa ter uma solução mais rápida que não teve nos anos, muitos, anteriores.”

6.7.8 – O Senhor Deputado Municipal Luis Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A bancada da CDU saúda o esclarecimento e a posição que a Senhora Presidente em exercício, aqui assumiu relativamente à questão da Escola Secundária António Gedeão e a sua requalificação. Agora, também dizer-lhe Senhora Presidente em exercício, o que é urgente é mesmo a politica diferente, isso é que tem que ser seja com



a Câmara Municipal que hoje está, seja com aquilo que democraticamente, no futuro os cidadãos de Almada decidiram. Aquilo que está colocado é uma questão de resolução para aquela comunidade educativa, que já se arrasta há vários anos. E a nossa posição sempre foi clara, com a diferença de que agora, o Município assume novas competências. E é por isso que nós reivindicamos junto da Câmara Municipal. Está no anexo, aliás, é referido aí, está acrescentado e depois faremos chegar esse acrescento à moção, aos serviços da Assembleia Municipal. E por isso não deixamos de saudar naturalmente, e a luta vai continuar e a solidariedade com a comunidade educativa, com os alunos e com os professores e com os assistentes operacionais da Escola, que também são fundamentais e que são aqui mencionados, naturalmente que essa luta irá continuar.”

6.7.9 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tomar a palavra apenas para esclarecimentos breves no âmbito das moções aqui apresentadas pelo CDS-PP relativamente a duas matérias que considero relevantes para o interesse municipal.

Uma delas, a questão das novas instalações e do novo Quartel dos Bombeiros Voluntários na Charneca de Caparica.

Foi aqui dito e referido por alguns Deputados Municipais e bem, no âmbito das Comissões onde também tem assento, que nem esta é sequer a solução considerada pela Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários, com quem temos mantido estreito relacionamento, aliás, com todas as Associações e com quem temos vindo a falar sobre aquilo que é exponencialmente o crescimento da nossa população e em termos daquilo que são os fluxos na área do socorro e da prevenção, as necessidades que ora estão identificadas. E quero dar nota aos Senhores Deputados Municipais, não me concentrando na resposta ao CDS-PP, acho que esta é uma informação que é o interesse municipal volto a referir, e que deverá ser dada a todos Senhores Deputados Municipais, que no âmbito dessas mesmas conversas, está-se a equacionar a existência de um pequeno polo na Bateria da Raposa, que terá naturalmente, viaturas pré posicionadas, atribuídas à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas e consideramos que é fundamental para o socorro também na área da Charneca de Caparica e estamos a avaliar, isso sim, da construção de um novo equipamento e de uma não direi uma sede, mas um polo, na Costa da Caparica, onde temos ainda um deficit assinalado e as atuais instalações, não cumprem em bom rigor, que é um território com imensíssima pressão sazonalmente, aquando da visita das nossas praias e as instalações não são adequadas ao funcionamento dos nossos Bombeiros.

Portanto, Senhores Deputados Municipais, está-se a construir o caminho, caminho este concertado com as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários e estas são as considerações que neste momento estão em cima da mesa e nas quais também, as nossas Associações se revêm. Portanto, não podemos naturalmente, acolher essa proposta que apesar da sua bondade, em termos municipais, apesar da sua bondade, não responde às necessidades identificadas ao nível do Concelho em termos de segurança e em termos de prevenção.

Dar nota também, que relativamente à questão dos benefícios fiscais, apontadas aqui pelo Partido CHEGA, é tão sabido isto, é do reconhecimento geral, desta Assembleia Municipal e de quem está em funções autárquicas neste Concelho, que estes homens e estas mulheres merecem tudo e tudo lhes deve ser atribuído. Mas cumprindo o princípio da igualdade e de não discriminação também, entendemos que estamos ao nível municipal, a fazer a leitura relativamente aos benefícios fiscais e a outro tipo de benefícios que podem vir a ser atribuídos e, portanto, enquanto isso não for avaliado e também considerado, não teremos aqui posições distintas relativamente a esta matéria. Acresce que me parece que, termos de benefício para aquela classe, os benefícios ora apontados pelo CHEGA são escassos, porque concentrar aquilo que é o benefício social que as nossas Associações, que os homens bombeiros e bombeiras podem ter a nível concelhio ou mesmo a nível nacional, concentra-los no benefício fiscal, na isenção por exemplo, do IMI ou de decréscimo do IMI, é ser muito castrador, é ser pouco ambicioso e, portanto, consideramos que outra leitura tem que ser feita relativamente a esta matéria.

Ainda relativamente, às questões dos contratos locais de segurança, e eram estas as 3 questões sobre as quais me queria pronunciar. Saudamos a moção aqui apresentada e estamos naturalmente, no caminho de poder ter



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

um contrato local de segurança também é isso que estamos a trabalhar e estamos a preparar, no âmbito daquilo que são as definições estratégicas também apontadas pela Administração Central, os contratos locais de segurança têm a marca do MAI e também da nossa Isabel Oneto e, portanto, estamos naturalmente a preparar também e saudamos a proposta que aqui é trazida, mas que não surge como novidade neste contexto.”

6.7.10 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS), usou da palavra para a Defesa da Honra nos termos do nº 1, do artigo 55º do Regimento a Assembleia Municipal.

6.7.10.1 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para dizer que não fazemos ouvidos moucos quando ouvimos dizer que é um deslante e uma falta de vergonha, o Partido Socialista apresentar um voto pela saudação dos seus 50 anos e especialmente tendo em conta aquilo que foi o papel fundamental que o Partido Socialista teve na sedimentação da democracia, na evolução do país ao longo dos 50 anos e o orgulho que temos também face aquilo que era Portugal em 1974 e aquilo que é o Portugal de hoje.

Este caminho não o fizemos certamente sozinhos, fizemo-lo em conjunto com todos os partidos que ao longo destes 50 anos construíram este Portugal a todos os níveis e aliás, e ao contrário daquilo que se tem dito, desde que houve a revolução em Portugal o Partido Socialista governou mais ou menos o mesmo tempo do que o PSD e, portanto, partilhamos também com estes partidos alguns méritos. Mas dizer que, é este Partido Socialista, quando se fala em baixos salários, que podemos nos orgulhar de ter aumentado nos últimos anos o Salário Mínimo Nacional em 40%. Ou que podemos nos orgulhar ter aumentado em muito os rendimentos dos portugueses, muito acima da inflação ao longo destes últimos 7 anos, ou que nos podemos orgulhar de ter dado aos portugueses, especialmente aqueles que vivem nas periferias de Lisboa, um passe social para toda a família no valor de 80.00€ (oitenta euros), quando antes teriam que pagar, por exemplo, verbas de 100, 200.00€ (duzentos euros) ou o Partido que estando no Governo foi capaz de dar ao país o maior orçamento para o Serviço Nacional de Saúde e não apenas o maior orçamento, o maior valor executado para o Serviço Nacional de Saúde, em 2022, não nos esquecendo o que era Portugal ao nível das qualificações, ao nível do analfabetismo, um quarto dos portugueses era analfabeto antes do 25 de Abril e aquilo que foi possível fazer ao nível da infraestruturação do país e Almada sabe bem disso.

Dizer também, ouvimos muitas vezes no espaço público a questão dos 3 resgates, as 3 bancas rotas, é factualmente mentira, não tenho tempo para ver isto. Sei que nós quando acabamos a pensar como populistas, agimos como os populistas. E, portanto, lembrando também que Portugal cresceu desde 2015, 10 vezes mais do que a média dos anos anteriores até 2000, e sabendo os problemas que a Europa e o mundo atravessam neste momento, aquilo que pergunto é quais é que eram as soluções que teríamos. É voltarmos à receita, perante a crise inflacionista só havia duas receitas, é ajudar os mais pobres, como estamos a fazer, ou diminuir o poder de compra, foi a receita que a direita usou em 2011, 2015, não a queremos seguir. Seguir a receita de aumentar salários por decreto, fixar preços por decreto ou fazer descontrolar as contas públicas com os custos que isso tem também para os portugueses, não é essa receita que queremos seguir, nem é a receita de destruir as instituições democráticas como quer fazer a extrema direita, como fez Trump, com corrupção, imoralidade, criminalidade, como fez Bolsonaro, deixando milhares de brasileiros morrer, ou como faz Orbán com um sistema perfeitamente corrupto.

Portanto, a solução é mesmo o socialismo democrático, a social democracia, a economia do mercado e um estado social que não deixa ninguém para trás e o Partido Socialista tem muito orgulho de defender este projeto em Portugal.”

6.8 – Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:

6.8.1 – A Recomendação sobre “Criação de Regulamento de Concessão de Direitos e Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Município de Almada” foi rejeitada com 20 votos contra, sendo o 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o



integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD; 14 votos a favor sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1do eleito do CDS-PP; 4 abstenções sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN.

6.8.2 – A Saudação ao “Governo pela realização da iniciativa “Governo + Próximo” no Distrito de Setúbal” foi rejeitada com 20 votos contra sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 votos dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP; 17 votos a favor dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 1 abstenção da eleita do PAN.

6.8.3 – A Saudação a “Mafalda Lopes e à Associação de Surf da Costa da Caparica”, foi aprovada por unanimidade.

6.8.4 – A Saudação ao “50º Aniversário do Partido Socialista – Um Futuro com História”, foi aprovada por maioria com 21 votos a favor sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do CDS-PP e 17 abstenções sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 da eleita do PAN.

6.8.4.1 – A Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira (PSD), anunciou que apresentaria uma Declaração de Voto por escrito.

6.8.4.1.1 – A Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os eleitos do PSD presentes na Sessão Ordinária de abril da Assembleia Municipal de Almada, no dia 26 de abril de 2023, justificam o seu voto a favor relativo ao documento nº4 da ordem de trabalho, com o título “Saudação ao 50º aniversário do Partido Socialista – Um Futuro Com História”, pelas seguintes razões:

1 - O PSD votou a favor por pretender saudar o Partido Socialista no seu 50º aniversário, como organização participante na fundação da democracia portuguesa.

2 - O PSD não se revê nos considerando que o documento apresenta, nomeadamente nos seguintes pontos:

- Quando o Partido Socialista se autodenomina como o “principal construtor do Estado de Direito”. Se Portugal tivesse apenas um partido tão determinante para a solidificação da democracia portuguesa, não viveríamos numa democracia participativa, plural e construtiva que temos hoje. Não aceitamos que o 25 de abril e a Democracia tenham donos.
- Quando o documento refere o Partido Socialista como sendo a “principal razão da melhoria das condições de vida dos portugueses”. Relembramos que por duas vezes, durante governações socialistas, o país teve de recorrer à ajuda externa para cumprir as suas obrigações sociais, económicas e financeiras com os portugueses. Dos seus 50 anos de existência, o PS governou 25 anos. O salário real não para de cair, a carga fiscal sobre os salários está acima da média da OCDE, Portugal é um dos países europeus que menos reduziram as mortes por cancro na última década e que mais dificuldades teve para normalizar o funcionamento da Saúde depois da Pandemia, com 2 milhões de portugueses sem médico de família. Este e outros factos que as organizações internacionais e as notícias apontam constantemente, são incontornáveis consequência da governação do Partido Socialista e apontam em sentido contrário à melhoria das condições de vida dos portugueses.”

6.8.4.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) anunciou que apresentaria uma Declaração de Voto por escrito.

6.8.4.2.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O CDS-Partido Popular, naturalmente, saúda o aniversário do Partido Socialista, reconhecendo o papel importante que o mesmo teve na implementação da democracia quer antes quer pós 25 de Abril, nomeadamente, como uma instituição livre e democrática na consolidação juntamente com outros partidos, do regime saído de 25 de Abril de 1974.

Reconhece ainda a importância de nomes sonantes do respetivo partido que contribuíram para o aprofundar do diálogo democrático e interpartidário.

Todavia, no presente, e com cerca de oito anos de governação do partido socialista, o CDS-Partido Popular, não pode rever-se na maioria dos considerandos vertidos no voto de saudação da bancada municipal do PS, considerando que o Governo de António Costa, é responsável pela maior crise social, económica e financeira que o país atravessa no Portugal pós-euro.

O Governo do PS é responsável desde que tomou posse em 2015, por exemplo, pelo empobrecimento dos portugueses, pelo seu aumento do custo de vida, em concreto, pelo aumento dos preços dos bens essenciais e pelo aumento da inflação, fatores esses que condicionam negativamente a vida dos portugueses.

É ainda responsável pela falta de investimento na educação, com falta de professores e sem resolver o muito que há por fazer nas escolas, é responsável pelo caos que se instalou na saúde, caos esse que já custou vidas humanas e a queda de uma ministra. É ainda responsável pela falta de investimento da segurança, onde os seus profissionais há anos consecutivos, lutam por melhores condições. Na habitação, apesar de muita propaganda, o Governo do PS, com maioria absoluta na Assembleia da República, não consegue resolver o problema adotando medidas muito tímidas que não servem as necessidades daqueles que mais precisam, tal como nos transportes, onde por exemplo, os barcos que atravessam o rio Tejo, tardam a chegar dificultando a mobilidade das pessoas, ou ainda a falta de resolução para mediar uma nova solução para as portagens na Ponte 25 de Abril, altamente penalizadoras para os contribuintes almadenses.

Por fim, entre muitas outras razões, o CDS-Partido Popular, não pode deixar de repudiar o papel irresponsável que o PS no Governo tem tido com o degradar das instituições democráticas e com a falta de responsabilidade e de sentido de estado de muito dos seus governantes, que mancham a imagem do país e levam ao descrédito das instituições democráticas saídas de Abril de 74.”

Por estas e muitas outras razões, o CDS-Partido Popular, saúda a fundação do PS, mas não pode deixar de manifestar o seu mais profundo desagrado com a forma como o Partido Socialista tem conduzido as instituições no Portugal do novo milénio.

6.8.5 – A Recomendação “Sessões de treino de cães gratuitas no Parque da Paz”, foi aprovada por maioria com 8 votos a favor sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 30 abstenções sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra e 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA.

6.8.6 – A Saudação “A todos os trabalhadores, por ocasião do 1º de Maio e pela construção de um futuro de trabalho digno para todos” foi votada por partes tendo a seguinte votação:

6.8.6.1 – Os considerandos foram aprovados por maioria com 21 votos a favor sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleita do PAN; 5 abstenções sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 12 votos contra sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra e 1 do eleito do CDS-PP.



6.8.6.2 – A parte deliberativa foi aprovada por unanimidade.

6.8.7 – A Saudação ao “1º de Maio” foi aprovada por unanimidade.

6.8.8 – A Moção “Regionalizar, para um país menos desigual e mais desenvolvido” foi rejeitada com 23 votos contra sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP; 1 abstenção da eleita do PAN; 14 votos a favor sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE.

6.8.9 – A Saudação ao “1º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores” foi votada por partes tendo a seguinte votação:

6.8.9.1 – O ponto 1 e os considerandos foram aprovados por unanimidade.

6.8.9.2 – O ponto 2 foi aprovado por maioria com 21 votos a favor sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 17 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias e Junta de Freguesia que o integram.

6.8.10 – A Saudação à “Luta dos estudantes da Escola Secundária António Gedeão” foi aprovada por maioria com 21 votos a favor sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 17 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias e Junta de Freguesia que o integram.

6.8.11 – A Moção “Construção de Quartel de Bombeiros na Charneca de Caparica” foi rejeitada com 28 votos contra sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra; 6 abstenções sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal BE e 4 votos a favor sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP.

6.8.12 – O Voto de saudação “Construção de Quartel da GNR no Monte de Caparica” foi aprovada por maioria com 21 votos a favor sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 17 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram.

6.8.13 – A Moção “Criação do Cemitério Municipal de Animais Domésticos” ficou consensualizado baixar à respetiva Comissão Permanente.

6.8.14. – A Recomendação “Criação de Contrato Local de Segurança em Almada” foi aprovada por maioria com 24 votos a favor sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 14 abstenções sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE.

6.8.15. – A Moção” sobre “Construção, Organização e Desenho do Espaço Público em Consideração à Segurança e à Proteção dos Cidadãos” foi aprovada por maioria com 4 votos a favor sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleitos do CDS-PP; 31 abstenções sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE; 3 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PSD.

6.8.16 – A Saudação “Dia Nacional dos Ex-Combatentes Almadenses” foi aprovada por unanimidade.

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), usou da palavra para uma interpelação à Mesa da Assembleia Municipal, nos termos do nº 1, do artigo 52º, do Regimento da Assembleia Municipal.

7.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Chegou-nos há minutos a informação de que os documentos fornecidos aos Deputados Municipais no dia 18 de abril, foram modificados, corrigidos, sem que os Deputados Municipais tivessem conhecimento dos mesmos.

Aproveito para questionar se os outros grupos têm conhecimento de alguma informação?

Os documentos fornecidos no dia 18 foram alterados hoje às 12H25.

Como podemos ter documentos previamente fornecidos aos Deputados Municipais, alterados sem o seu conhecimento e a aceitação dos mesmos.

O CHEGA é de opinião que esta Assembleia Municipal fica assim marcada de suspeição, é que temos 5 documentos que foram alterados depois da data de entrega dos mesmos. O nosso dever enquanto Deputados Municipais, é para salvaguardar e defender os interesses do Município, e não nos permite compactuar com esta situação.

O Partido CHEGA imprimiu e analisou a documentação em falta fornecida no dia 20, e podemos demonstrar que 4 documentos foram adicionados e/ou alterados após o fornecimento do link aos Deputados Municipais, nomeadamente o Relatório de Constas, que é um documento de extrema importância para esta casa, além de no próprio site da partilha de informação, se verifica que a data de alteração dos documentos, é claramente posterior à disponibilização dos mesmos. Quem e com que propósito de alterar a informação fornecida aos Deputados Municipais para a reputação da Assembleia Municipal, sabemos que pela prática reiterada desta Assembleia Municipal e que sempre foi uma prática, que sempre que há alterações oficiais nos são comunicadas. Nada nos foi dito, por isso estranhámos a realização da alteração pelo que questionamos como podem estes trabalhos prosseguir com modificação de documentos, sem o conhecimento prévio desta Assembleia Municipal.”

7.2.2 – Para esclarecimentos usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Antes de irmos à substância da questão, talvez se possamos equacionar as coisas de um modo um bocadinho diferente.

A intervenção do Senhor Deputado Municipal diz respeito a que, desde a convocação desta Assembleia Municipal, com 8 dias de antecedência, alguns documentos foram sendo atualizados na pasta do gmail respetivo. Mas, esses documentos que foram sendo atualizados, não dizem respeito a este ponto da nossa agenda.”

7.2.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, dizem respeito, os documentos atualizados dizem respeito à Informação Municipal. Precisamente, o primeiro ponto da agenda, Informação Municipal foi dos primeiros documentos a ser modificado. O outro é o Relatório de Conta e Gerência. Temos pelo menos 3, 4 pontos.



7.2.2.2 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os prazos relativos à Informação sobre a Atividade Municipal, têm uma consagração específica no Regimento, e o que o Regimento estabelece é que é distribuída com 5 dias de antecedência, contados nos termos do Decreto-Lei 75/2013, são dias corridos. Eu próprio, pus essa informação no Google Drive com 5 dias de antecedência, não 8 dias que não era requerida, mas com 5 dias de antecedência.

Portanto, Senhor Deputado Municipal, aquilo que eu posso concluir é que a intervenção que fez, terá toda a relevância quando entrarmos nos pontos de Prestação de Contas, mas no ponto que estamos a tratar hoje, não diz respeito a este ponto.”

7.2.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Com todo o respeito, a Atividade Municipal, que é o ponto onde estamos, o 3.1, foi colocado e disponibilizado no dia 21, o que já não dá as contas nos dias que estamos a falar, se o documento só foi mexido no dia 21, aos dias que estamos já não temos os 5 dias corridos.

7.2.2.4 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nos termos do código do procedimento administrativo, e do código civil, na contagem dos prazos, não conta o dia do ato. Começa a contar no dia seguinte, temos os dias 22, 23, 24, 25 e 26, hoje é o 5º dia, está cumprido o prazo. Portanto, não há dúvida nenhuma sobre isso.

Relativamente ao resto, amanhã, visto que é o ponto próprio da agenda, terá a oportunidade de colocar a questão e temos de ver se o que refere tem vencimento ou não, mas, vemos amanhã.”

7.2.2.5 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, eu acho que uma situação com esta gravidade, merece um recurso para a Assembleia Municipal, merece auscultar-se a opinião dos Grupos Municipais aqui presentes, para saber a opinião do que têm sobre estarmos a trabalhar com documentação que foi alterada e comunicada. Eu não questiono a necessidade de alterar informação, eu questiono a não comunicação aos Grupos Municipais.

Nós estamos a trabalhar com informação do dia 18, e de repente, de um momento para o outro, estamos a trabalhar com informação desatualizada, estamos a pronunciarmo-nos, a tomar decisões políticas até de intervenção política, sobre informação desatualizada, e isto é muito grave, isto é muito grave”

7.2.2.6 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, há outro pedido de palavra, mas aquilo que eu pedia aos senhores Deputados Municipais, é que circunscrevêssemos a questão. O primeiro passo para tratar seriamente qualquer problema, é sabermos do que é que estamos a falar. E relativamente à informação sobre a Atividade Municipal, a Informação sobre a Atividade Municipal foi disponibilizada no local certo, com a antecedência legal e regimental. E, portanto, se for essa a questão, eu não tenho dúvidas nenhuma de que a Assembleia Municipal tem que prosseguir a tratar este ponto. Havendo um pedido para que a Assembleia Municipal se pronuncie sobre a decisão da Mesa a dar sequência a este ponto especificamente, obviamente, é um direito que assiste aos Senhores Deputados Municipais.”

7.3 – Usaram igualmente da palavra para interpelar a Mesa os Senhores Deputados Municipais Nuno Mendes, João Eduardo Gerales (CDU), Ivan Costa Gonçalves (PS), António Pedro Maco (CDS-PP).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

7.3.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Salvo melhor opinião, tudo aquilo que seja atividade municipal, cabe no ponto que estamos a discutir. E a distribuição de documentos para apreciação e votação na Assembleia Municipal, é a Atividade Municipal. Portanto, a questão deve ser colocada agora.

E a questão não é uma questão de prazos Senhor Presidente, a questão é uma questão de procedimentos. E nós na Câmara Municipal, os Senhores Vereadores da CDU tiveram já a oportunidade de colocar esta questão formalmente à Senhora Presidente da Câmara Municipal. Porque o que está aqui em causa, para além daquilo que o Senhor Deputado Nuno Mendes acaba de dizer, e é muito grave, é muito grave em 2 dimensões. Primeiro, porque são documentos que são alterados e não há informação sobre isso, depois nós não temos conhecimento disso, mas pelo o que Senhor Deputado Nuno Mendes disse, são documentos que são alterados depois da deliberação da Câmara Municipal sobre esses mesmos documentos, o que é ainda mais grave, mas independentemente disso, é uma questão de procedimentos. Porque foram disponibilizados à Assembleia Municipal e aos Senhores Deputados Municipais documentos que não existiam formalmente, porque a Câmara Municipal não se tinha pronunciado sobre eles. E é competência da Câmara Municipal, pronunciar-se sobre eles. Porque no dia 18 foram distribuídos documentos aos Senhores Deputados Municipais que nem sequer os Senhores Vereadores tinham conhecimento. Esta é que é a questão central de todo este problema. E que tem que ser resolvido e que tem que ser ultrapassado. E é agora que ele tem que ser ultrapassado.”

7.3.2 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, não acompanho o seu ponto de vista. O que está em causa neste momento, é o ponto da agenda respetivo, o ponto da agenda que estamos a tratar, é um ponto da agenda que tem a documentação que foi distribuída atempadamente e pelo método estabelecido, e, portanto, não tenho dúvidas sobre a legitimidade de Assembleia Municipal se debruçar hoje sobre o ponto da Informação sobre a Atividade Municipal. Mas, havendo dúvidas, a questão coloca-se à Assembleia porque a Assembleia é soberana e cabe para a Assembleia pronunciar-se sobre as decisões da Mesa.”

7.3.3 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós não estamos de facto, na posse de toda a informação porque aquilo que é alegado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes, não conseguimos neste momento confirmar. Agora, a minha questão é apenas uma, nós vamos entrar no ponto da ordem de trabalhos relativo à Atividade Municipal, este documento não é votado pela Câmara Municipal, é um documento que é apresentado pela Presidente da Câmara Municipal, neste caso pela Presidente em substituição. Portanto, neste caso não houve nenhuma alteração ao documento, o documento foi apresentado nos prazos legais e se for assim, pergunto para tentarmos aqui enquadrar, se a questão é essa, se relativamente a este ponto da ordem de trabalhos não há nenhuma questão, nós somos favoráveis à interpretação do Senhor Presidente, fazemos a discussão deste ponto, e quando essa questão se colocar relativamente ao documento que se colocar, então, faz-se o debate relativamente a esse eventual tema. Agora, misturar assuntos que não são sequer deste ponto da agenda, não nos parece que faça grande sentido face aos trabalhos que temos pela frente. E, portanto, nós ainda temos cerca de 40 minutos de Sessão, acho que devemos utiliza-los de forma proveitosa e discutir a Informação da Atividade Municipal da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada.”

7.3.4 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nesta questão, não estando cá a Senhora Presidente da Câmara Municipal, com todo o respeito pela Senhora Presidente em exercício, eu acho que aquilo que foi aqui alegado, quer pelo CHEGA, quer pela CDU, tem



pertinência para discussão e eu acho que neste caso devemos prosseguir com a Assembleia Municipal no ponto da Atividade Municipal e ouvir amanhã a Senhora Presidente da Câmara Municipal sobre esta mesma situação, para explicar e dar informação a nós e aos almadenses, o porquê desta situação aqui mencionada que também nos parece grave.”

7.3.5 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só uma questão para a condução dos trabalhos.

As intervenções fazem-se no local próprio, quando os Deputados Municipais pedem palavra, têm esse direito e fazem-no.

Não é possível nós estarmos a ter esta discussão que é importante para percebermos se a Assembleia continua ou não, e estarmos constantemente a ouvir um ruído de fundo. O debate é sério, portanto, temo-lo da forma que se deve ter neste Órgão e eu aquilo que apelava ao Senhor Presidente e à Mesa, é para que apele aos Senhores Deputados Municipais para que estejam neste ponto, que se possa perceber o que estamos aqui a debater, e que não estejam só a fazer a partes, que não contribuem para o esclarecimento.”

7.3.6 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Depois das questões suscitadas, a Mesa relativamente, especificamente sobre o ponto 3.1 da nossa agenda, que diz respeito à Informação sobre a Atividade Municipal, entende que não há razão nenhuma que impeça a continuação dos trabalhos.”

7.4 – Entrou-se no ponto 3.1 da agenda, relativo à apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal;

7.4.1 – Para apresentar a Informação da Atividade Municipal, usou da palavra a Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal;

7.4.1.1 – A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Os Senhores Deputados Municipais têm convosco o documento sobre a Atividade Municipal, eu iria apenas salientar aqui duas notas relativamente a algumas coisas que entendo importante sublinhar.

Dizer que, durante estes últimos meses, de facto, o grande trabalho do Município, principalmente na vertente das áreas em que teve transferência de competências que foi a ação social e a saúde, prendeu-se exatamente com todo o trabalho que tivemos de fazer nessa matéria.

Relativamente à ação social, tivemos um longo caminho, um diálogo difícil, mas profícuo, terminou bem, com todas as instituições que no terreno vão passar a ter protocoladas com o Município, todas as competências que até à data ou eram dessas instituições ou eram geridas diretamente em atendimento de primeira linha pela Segurança Social. Portanto, teremos hoje um território gerido de uma forma mais homogênea em que cada instituição no seu território faz a gestão de todos os apoios, numa forma integrada e com uma grande mudança de paradigma que é, faz a gestão das medidas, RSI e ação social, na ótica da pessoa do agregado familiar e não como até aqui, na ótica das medidas. O que determinava que havia pessoas que tinham o RSI com uma instituição e depois tinham ação social com outra instituição. Pensamos que isto é uma situação que resultará de facto, numa maior qualidade da prestação de serviço e foi de facto um caminho que foi muito discutido, mas que efetivamente terminou bem e hoje temos 4 instituições no terreno que, nos respetivos territórios, fazem a gestão integrada de tudo o que é apoio.

Também na área da educação, como todos sabemos, assumimos a transferência de competências em abril do ano passado, temos feito um acompanhamento, uma monitorização, de tudo o que são as matérias em apreço, umas da responsabilidade do Ministério, outras da nossa responsabilidade, ou outras da responsabilidade dos



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Diretores em quem delegamos muitas das competências, dizer que também aqui tivemos um trabalho com a ARS no sentido de conhecermos e estarmos cientes de que responsabilidades e condições tínhamos para aceitação dessas competências e todo esse trabalho conduziu a que no dia 29 de novembro, fizéssemos a assinatura do auto de transferência de competências da saúde, competências essas que apenas serão transferidas efetivamente, em outubro de 2023, tendo aqui já com o auto assinado, um campo e um caminho de trabalho, no sentido de apropriação como sabem, se refere apenas às infraestruturas, à gestão das infraestruturas e à gestão dos recursos humanos tal e qual como o que se passou na educação.

Assinalar também, que assinalamos o Dia da Mulher, com uma campanha muito centrada na mulher e a guerra, sabemos daquilo que significa a guerra para todos, mas também e muito para as mulheres por razões que conhecem e que não me vou aqui alongar, fizemos uma campanha de rua, fizemos dois colóquios sujeitos ao mesmo tema, e tivemos um espetáculo que eu e agora é minha opinião pessoal, reputo de muito bom, homenageando também o centenário de Natália Correia e que, quis transmitir esta mensagem, Natércia é sempre quando uma Mulher quiser.

Relativamente à educação, outra área em que assumimos competências embora, já há uns meses, temos estado a monitorizar toda a atividade com que nos defrontamos, dizer-vos que durante estes meses houve uma mudança que foi importante, Almada tinha um software que era “Almada Cresce Contigo”, cumpriu o seu papel, mas que, neste momento com o alargamento das refeições do pré-escolar ao 12º Ano, não dava já resposta às necessidades. E, portanto, substituímo-la em fevereiro por uma nova plataforma, a plataforma “Siga”, que tem como vantagem uma diversidade de acessos no sentido de se aceder a ela por diversas fontes e dando também uma grande diversidade na maneira de pagar. Os pais podem pagar por MB Way, por Multibanco, por Payshop, sempre na ótica de facilitar a vida às pessoas.

Dizer também e isto foi suscitado há bocado por uma afirmação da questão da luta dos trabalhadores das escolas e dos trabalhadores assistentes operacionais das escolas que, já abrimos e já estão a ser reportados todos os funcionários que são precisos nas escolas, e devo dizer que recebemos cerca de 830 trabalhadores vindos do Ministério da Educação, temos neste momento mais de 900, o que significa que Almada com as escolas e as escolas sabem disto, tem o rácio cumprido, e às vezes até mais, coisa que não acontecia no momento em que recebemos as escolas, e, portanto, é também com grande satisfação que o digo, por saber exatamente da importância dos auxiliares da ação educativa e no apoio e na gestão e no apoio aos alunos.

Por último salientar aqui algumas notas no âmbito das obras que temos em desenvolvimento.

A Escola Maria Rosa Colaço, felizmente, todos sabemos as vicissitudes que ela passou, não por culpa do Município, mas está a correr bem, e esperamos que assim continue.

A Escola Carlos Gargaté está terminada, já tem o mobiliário normal, tudo o que é mobiliário normal comprado e estamos em fase de aquisição daquilo que é material específico de laboratórios.

A Avenida do Mar, as obras estão a correr bem, portanto, esperamos que rapidamente, possamos chegar ao fim, mas estão a correr bem.

A rotunda do IC20 está concluída.

Estão lançadas e aprovadas em Câmara Municipal um outro conjunto de empreitadas, que com certeza também irão beneficiar muito o Concelho.

Se houver mais alguma questão que se possa colocar para mim ou para os outros Senhores Vereadores que aqui estão e que têm outros pelouros, estaremos à disposição.”

7.4.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Luis Filipe Palma (CDU), Margarida Ramires Paulos (PAN), Pedro Miguel Pereira (PS), João Eduardo Galdes (CDU) e ainda a Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira e o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro.



7.4.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Luis Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

São duas questões em áreas distintas.

Uma tem a ver com a rede viária na Freguesia de Laranjeiro e Feijó, já aqui trouxemos este assunto, falamos concretamente da rua D. Francisco de Almeida, da Estrada da Algazarra, da rua Dr. António Elvas e da Avenida do Arsenal do Alfeite.

Questões que têm a ver sobretudo com a colocação de passadeiras, marcação e sobrelevação de passadeiras, semaforização, a sinalética vertical, são artérias muito importantes para circulação viária na Freguesia. Nós já fizemos chegar algumas propostas e não só não temos recebido resposta por parte da Câmara Municipal como também não temos visto expresse a sua execução e não vêm referidas neste Relatório da Atividade.

Depois deixar aqui uma pergunta à Senhora Presidente em exercício que tem a ver com o Centro de Saúde do Feijó, porque voltamos a colocar aqui esta pergunta, não temos tido informação, também já questionamos o próprio Ministério, a última informação que temos ainda é da anterior Ministra que nos diz que eles têm que incluir no PRR, estando incluído no PRR, que passos pensa a Câmara Municipal dar sabendo que há soluções possíveis, assim haja vontade política também por parte do Município.”

7.4.2.2 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós ouvimos atentamente, no Período de Intervenção do público, alguns dos pais da Escola Básica da Corvina que aqui intervieram, hoje nesta Sessão da Assembleia e na Sessão anterior, e que solicitam uma 5ª sala que possibilite manter as suas crianças no ambiente com o qual estão familiarizadas. E que, pelo que percebemos, é perfeitamente exequível, existe espaço e condições para que se concretize.

Ouvimos também atentamente as explicações da Senhora Presidente em exercício, mas as dúvidas não se dissiparam e continuamos com a dificuldade em entender o porquê de não se tomarem as medidas necessárias, para responder à solicitação destes pais. Aquilo que pedem, que desejam, é que assuas crianças se mantenham nesta escola, inseridos na comunidade e com a qual obviamente, estão familiarizados.

Da parte do Bloco de Esquerda, queríamos aqui neste espaço da Atividade Municipal, manifestar total solidariedade para com os pais destas crianças e deixando aqui um apelo ao bom senso dos responsáveis da autarquia, nós acreditamos que será possível um consenso para a solução que possibilite manter estas crianças no meio onde estão integradas, onde se sentem felizes, no seio da comunidade e a que pertencem, assim exista a vontade política para que tal se concretize.

Queremos ainda neste período, da discussão da Atividade Municipal chamar a atenção para uma informação que nos chegou com alguma insistência por parte dos moradores do Bloco C da rua Luis de Camões do Laranjeiro.

Situação aliás, já denunciada ao Senhor Vereador Filipe Pacheco, pelos moradores do prédio em questão, eu próprio abordei pessoalmente o Senhor Vereador, questionando sobre o que poderia ser feito por parte da Câmara Municipal, com maior brevidade possível, no sentido de se encontrar solução para estes moradores, tendo em conta as dificuldades que sentem no seu dia a dia, devido não só ao degradado estado da estrutura, mas sobretudo pelas infiltrações devido ao péssimo estado da canalização e pelas infiltrações e isto pelas informações que nos chegam. A gravidade é tal das infiltrações, que já nem sequer permite a utilização da água pelos moradores do 4º piso, quer para a sua higiene pessoal, quer para as suas necessidades mais básicas.

Temos também a informação de que já estiveram técnicos da Câmara Municipal no prédio, é um facto, mas até à data não houve qualquer tipo de resposta para encontrar uma solução para resolver o problema.

A questão que queremos aqui colocar, apenas e só, ao executivo camarário, e sabendo que têm conhecimento da realidade e dimensão desta situação, o que é que tencionam fazer para resolver este problema?”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7.4.2.3 –A senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nas celebrações do 25 de Abril, voltamos a ter o tradicional fogo de artifício, com ruído estrondoso, bem no coração da cidade.

O PAN já propôs nesta Assembleia Municipal, a adoção de fogos de artifício sem ruído, a sua substituição por outras formas mais ecológicas de celebração e sem poluição sonora e ambiental, como por exemplo, o videomapping e o laser, adotados também noutros países, ou pelo menos a eliminação de segmentos de fogos de artifício mais ruidosos, que são normalmente utilizados no início e no final das celebrações.

No entanto, isso continua sem acontecer. Na última reunião de Câmara Municipal, quando questionada sobre o assunto, a Senhora Presidente disse que já tinha realizado um estudo sobre os custos deste fogo de artifício sem ruído, e nesse sentido, o PAN gostaria que esse estudo nos fosse disponibilizado.

A inclusão e o respeito pelo outro, sobretudo os mais vulneráveis, crianças, idosos, doentes, animais, devem pautar todas as iniciativas da Câmara Municipal incluindo as celebrações.

No que respeita à mobilidade, para o PAN, a aposta na mobilidade suave é o caminho e por isso, é com satisfação que vemos avançar propostas que também foram apresentadas por nós, como a construção de ciclovias e a rede de bicicletas partilhadas. Mas nada serve, apostar-se em ciclovias se estas não foram devidamente protegidas do acesso indevido aos automóveis, ou mais não serão que novos lugares de estacionamento. Não basta apelar ao civismo ou à fiscalização, é preciso colocar uma barreira entre estas e a estrada, seja o passeio, sejam pinos ou um canteiro, caso contrário estamos apenas a dizer que temos ciclovias, mas que não irão servir para nada.

Finalmente, em relação ao bem-estar animal, gostaríamos de informações acerca do andamento da construção do Centro de Recolha Oficial, assim como sobre a implementação do cheque veterinário.

Gostaria ainda, de deixar novamente a nossa indignação perante a falta de respostas às denúncias que enviamos. Não é aceitável o tempo de espera de uma resposta, assim como não é aceitável o que se passou em Alfazina no Monte de Caparica. Sim, o terreno pertence ao IHRU, mas o território insere-se em Almada e a Câmara Municipal tem uma palavra a dizer sobre tudo o que se passa no seu território.

No terreno onde as demolições foram feitas, existia pelo menos uma colónia de gatos identificada e várias outras dezenas de animais, cães e animais ditos de aquário que ali são mantidos. Não tendo sido acautelada a sua segurança e deslocalização atempada, pois não houve um levantamento por parte da Câmara Municipal dos animais ali mantidos.

A resposta enviada pelos serviços, é de que desconhecia a ocorrência e que os animais estavam apenas um pouco assustados, é uma resposta absolutamente inaceitável, e que está em total desacordo com o que a cuidadora nos disse e concluímos no local. Gatos desapareceram, galinhas à solta, cães que perderam o precário abrigo que os protegia e vivem agora na rua.

Nesse sentido, volto a questionar, que papel teve a Câmara Municipal na salvaguarda do bem-estar destes animais?

Para terminar, recebemos mais um email acerca da matilha dos Capuchos, que foi também enviado para o Gabinete do Vereador. A cuidadora já veio a esta casa anteriormente, explicar a gravidade da situação e já procurou de várias formas obter ajuda para aqueles animais sem sucesso. Conforme foi descrito, a situação tem-se agravado, pois, são várias as pessoas que se queixam dos animais e a própria cuidadora sente-se ameaçada. Sendo que neste momento existem 4 cadelas grávidas. O PAN tem alertado que a situação das matilhas seja esta dos Capuchos, seja da Sobreda, é insustentável. A intervenção não pode passar apenas por capturar os bebés que são encontrados e continuar a deixar os animais a procriar e por esterilizar.

Bem sabemos que a Lei não permite o programa sede para cães, mas também não permite que os animais fiquem na rua à sua sorte. Obviamente, não estamos a sugerir que estes animais sejam capturados e enfiados num canil, mas há muito que se pede uma estratégia e um plano.



No documento que fala num plano de ação a implementar nas matilhas de cães, e gostaríamos então de saber que plano é esse.”

7.4.2.4 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Informação da Atividade Municipal, que foi aqui referida de forma súmula pela Presidente em exercício, Maria Teodolinda Silveira, estamos a falar de 233 páginas, que reflete muita atividade, muito trabalho, e trabalho esse que de uma forma geral é apreciado pelos almadenses e é apreciado pela bancada do Partido Socialista, de todos os Senhores Vereadores, eleitos pelo PS, eleitos pelo PSD, pela CDU, pelo Bloco de Esquerda. E nesta súmula eu queria aqui acrescentar algumas coisas que me parecem importantes.

A Senhora Presidente em exercício falou da Avenida do Mar, mas eu também posso falar da rua Petrónio Amor de Barros, uma rua que está a ser completamente recuperada, eu vivo em Almada desde que nasci, nunca me recordo de lá ter visto obras, mas também, enfim, não passava lá todos os dias. Mas agora, passo por ali vejo obra e obra da boa a ser feita. E isso é sempre uma vantagem para as populações e para todas as pessoas.

Um pouco cá mais em baixo, ao pé do Solar dos Zagallos, também está a haver uma grande obra, que vai também recuperar uma parte da 10/1 e isso também é importante de referir, porque as vias de comunicação são muito importantes. Isso pode dar mais mobilidade, pode dar menos mobilidade, mas a mobilidade faz com que as sociedades também avancem mais rápido.

A Senhora Presidente em exercício falou também da reabilitação da Escola Carlos Gargaté, mas também não nos podemos esquecer que está quase concluída. A mim enquanto Deputado Municipal da bancada do Partido Socialista, é importante porque também sou residente na Charneca de Caparica.

Mas também queria falar aqui de um projeto, que a Câmara Municipal está a abraçar que é o modelo de investimento em eficiência energética, energias renováveis, penso que é este o nome que se dá, tem que ver com uma candidatura ao European City Facility, para se criar modelos de eficiência energética para todo o edificado da Câmara Municipal. Penso que é isso que está a acontecer e sendo assim, parece-me que é de louvar a Câmara Municipal procurar estes caminhos de eficiência energética, e de salvaguardar também um pouco aquilo que é o ambiente, e se estamos neste caminho também estamos a caminhar no futuro, não só no presente, mas no futuro.

Mas não podia deixar de evocar aqui aquilo que foi a inauguração do novo Largo de Cacilhas. O Largo de Cacilhas, parece-me uma entrada importante da cidade, eu estive lá, na inauguração, todos estivemos, esteve o Senhor Presidente, esteve lá o meu colega João Eixa, esteve toda a gente. E ficamos admiradíssimos com a fantástica obra que a Câmara Municipal ali edificou.

Portanto, construir melhores cidades, cidades do nosso tempo, é sempre uma vantagem para todas nós e para quem nos visita.

E também não posso deixar de recordar o projeto da Câmara Municipal para ajudar os cuidadores, a ter mais tempo, aquelas pessoas que quase ninguém se lembra e são pessoas importantíssimas. E, portanto, penso que também é um projeto muito importante da Câmara Municipal de Almada.

E falando um pouco desta questão dos cuidadores e das pessoas que cuidam dos outros, também temos uma Câmara Municipal que é cuidadora, cuida de todos nós quando avança para o projeto “Praia Protegida” com um dispositivo de segurança e prevenção nas praias o ano inteiro, porque se nós queremos ter praia o ano inteiro temos também que dar segurança às pessoas e parece-me que este projeto é de louvar.

Continuando na questão da segurança e da prevenção, há que salientar também o contrato programa que foi assinado com os Bombeiros e pela Câmara Municipal de Almada e que me parece também de louvar.

A Polícia Municipal que está a consulta pública, o Regulamento da WEMOB, agora que há os problemas que se veem na Costa da Caparica, parece-me também que devemos avançar o mais rapidamente, para também



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

podermos ter mais segurança no estacionamento, mais segurança naquilo que é a mobilidade no nosso Concelho.

A Senhora Presidente em exercício falou também da transferência de competências.

Isto parece-nos muito importante, porquê? Porque dando mais competência na atuação da Câmara Municipal, nós conseguimos por certo, chegar mais perto dos nossos cidadãos, daqueles que vivem no Concelho e isso é sempre de louvar.

Também, referindo outra questão que também tem a ver com a proteção dos outros, da segurança dos outros, a conclusão do realojamento dos refugiados, o programa “Porta de Entrada”, parece-me bastante importante.

Em relação também, nos parece que não nos podemos olvidar daquilo que vou dizer que é a questão do desporto e da juventude, a realização da Sessão da Assembleia Municipal Jovem, pela primeira vez com a presença do número completo de deputados, a aprovação na reunião de Câmara do aumento do valor hora paga à SFUAP no âmbito do programa “Almada à Prova de Água”, e, portanto, a Câmara Municipal vê-se e nota-se e sente-se, o trabalho.

A habitação, a aprovação em reunião de Câmara de uma comparticipação municipal de máximo de 200.00€ (duzentos euros) por mês, para os contratos de realojamento do 2º Torrão. Enfim, o que nós temos neste momento, aliás, já temos desde 2017, entretanto houve umas eleições pelo meio, e possivelmente haverá mais eleições no futuro e as pessoas vão ser chamadas depois também a sufragar todo este trabalho e o que nós temos é trabalho, trabalho e é isso que se nota. E eu conhecendo esse trabalho, nós todos aqui conhecendo esse trabalho, o que podemos dizer é que estamos satisfeitos com aquilo que vemos, e como diz o povo, para a frente é que é o caminho, e caminho faz-se caminhando.

E então, Senhor Presidente, termino por ora, pois, ainda poderei me lembrar de mais alguma coisa que falarei na próxima Sessão.”

7.4.2.5 – A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Responder ao Senhor Deputado Municipal Luis Palma. Sim, o Centro de Saúde do Laranjeiro Feijó, já está na nossa posse o layout, que vai ser transformado obviamente em projeto com especialidades. O terreno como sabe, está mais do que identificado e, portanto, tudo indica que a candidatura ao PRR se concretize através dela, se concretize a construção do Centro de Saúde.

Para além deste, temos também o Centro de Saúde da Costa da Caparia, cujo terreno está identificado e cujo layout também já recebemos para transformar em projeto.

Relativamente à Escola Corvina eu acho que já fui mais que clara, uma 5ª sala não é solução para o momento, e soluções de recurso sem qualidade, eu não subscrevo.

Portanto, vamos avançar como já referi, no diálogo com os pais e pela melhor das soluções que podemos encontrar.”

7.4.2.6 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para responder ao Senhor Deputado Municipal Luis Palma, foi já na anterior reunião de Câmara, penso eu, já aprovada uma obra precisamente para obras de sinalização horizontal e vertical, estão a ser contactadas todas as Uniãos de Freguesia e a Junta de Freguesia da Costa da Caparica, precisamente, para identificar aquilo que são as intervenções prioritárias, naturalmente, o dinheiro é finito, não podemos canalizar todas as operações necessárias. No entanto, estão a ser identificadas e naturalmente, iremos contactar a União de Freguesias para também podermos elencar a intervenção a ser necessária fazer.”



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

8 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H30, deu-se por concluída a Primeira Reunião da Sessão Ordinária de abril da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na Segunda Reunião, prevista para 27 de abril, pelas 20H30.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira, dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro, Filipe Pacheco, Francisca Parreira, Gabriel Machado da Rosa, Lina Gonzalez, Maria das Dores Meira, António Matos, Helena Azinheira, Mara Rita Silva Martins e Jefferson Oliveira.

10 – Foi verificada a presença de cerca de trinta munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

11 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____
O 1º SECRETÁRIO _____
A 2ª SECRETÁRIA _____

Paulo Viegas
Ana Paula Silva

